



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

Mayra Cappellaro

Cadê as Meninas?

*Cotidiano e traços de vida de jovens meninas pobres
pela perspectiva da terapia ocupacional social*

SÃO CARLOS

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cadê as Meninas?

*Cotidiano e traços de vida de jovens meninas pobres
pela perspectiva da terapia ocupacional social*

Autora: **Mayra Cappellaro**

Orientadora: **Prof^a Dr^a Roseli Esquerdo Lopes**

Texto apresentado para o Exame de Defesa como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Terapia Ocupacional na Área de concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional, na linha de pesquisa Redes Sociais e Vulnerabilidade do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação da Prof^a Dr^a Roseli Esquerdo Lopes.

SÃO CARLOS

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C247cm Cappellaro, Mayra.
Cadê as meninas? Cotidiano e traços de vida de jovens
meninas pobres pela perspectiva da terapia ocupacional
social / Mayra Cappellaro. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
100 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2013.

1. Juventude. 2. Gênero feminino. 3. Vulnerabilidade
social. 4. Terapia ocupacional social. I. Título.

CDD: 305.235 (20ª)

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO(A)
ALUNO(A) MAYRA CAPPELLARO, DEFENDIDA PUBLICAMENTE EM 30 DE
ABRIL DE 2013.



Prof. (a) Dr. (a) Roseli Esquerdo Lopes
Orientador(a) e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar



Prof. (a) Dr. (a) Maria Isabel Garcez Ghirardi
Universidade de São Paulo / USP

Prof. (a) Dr. (a) Ana Paula Serrata Malfitano
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Homologado na CPG-PPGTO na
_____ª Reunião no dia
____/____/____

Financiamento realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES)

Dedico àquelas que foram, são e serão
“*as meninas do Gonzaga*”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelos caminhos trilhados, pelo cuidado e por tudo que virá.

Mas não há como iniciar meus agradecimentos sem priorizar a quem deu, compartilhou e ensinou-me a vida: Eduardo Henrique Cappellaro, meu querido pai, que infelizmente não pôde ver mais essa conquista, e tantas outras que também não verá, mas que sem seus esforços e estímulos não seriam possíveis. Minha amada mãe, Cristina Moysés Cappellaro, mulher guerreira e fonte de inspiração e meu irmão Cayo Henrique Cappellaro, sempre pronto a me acolher, agradeço por cada gesto, pela compreensão nestes últimos dois anos de faltas, mau humores e tantas outras coisas que vocês suportaram...

Ao meu marido, amigo e companheiro Hernane A. Galante Neto, que no início desta pesquisa ainda era namorado. Obrigada por embarcar nessa viagem junto comigo e não me deixar desistir, nem em meio aos turbilhões do dia-a-dia. Agradeço pelo amor imensurável e pela vida inteira que teremos pela frente.

Além desses mais próximos, à família ampliada, avós, tios, primos e amigos que tanto torceram por mim e pela concretização deste sonho. Obrigada especialmente pela compreensão nos muitos encontros que não pude comparecer e pelo apoio sempre que preciso.

À professora Roseli Esquerdo Lopes pela orientação no enveredar pela dura realidade da vida acadêmica, pelas conversas, pelas ideologias e inconformidades, por me ensinar o caminho da crítica e a persistência na luta. Igualmente à equipe do Metuia/UFScar nas pessoas da Profa. Ana Paula S. Malfitano, da Profa. Carla Regina Silva e da Profa. Mariane Papini por me apresentarem um mundo de conhecimentos e proporcionarem um infinito de experiências que hoje me guiam pela vida.

Em especial gostaria de agradecer à Profa. Patrícia L. de O. Borba pelo carinho, pela amizade, por me ensinar o gosto pela terapia ocupacional social, pelos compartilhamentos, pelas situações mais engraçadas e as mais difíceis que enfrentamos juntas, por me dar diretrizes e metas quando não tinha mais força para enxergá-las. Agradeço pelos encontros e desencontros que acrescentam tanto e que com certeza serão pra vida inteira!

Ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, e aos colegas da primeira e segunda turmas pelas trocas, pela compartilhar de conhecimento e pelo amadurecimento.

Agradeço às Profas. Maria Isabel G. Ghirardi e Ana Paula S. Malfitano pela disponibilidade da leitura cuidadosa e contribuição.

E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

Por fim, às meninas que me permitiram entrar em suas vidas, conversar sobre suas alegrias e feridas. Obrigado pelas lições, pela simplicidade do acolhimento e pela possibilidade de enxergar o amor, a amizade e a vida em tempos e lugares tão inóspitos.

“O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.”
(Cora Coralina)

RESUMO

Conforme estudos do campo das discussões sobre gênero, a invisibilidade das jovens meninas pobres tem sido uma questão para as políticas públicas criadas para a juventude, mas envolve igualmente as discussões em torno de suas manifestações culturais e de sua participação social. A cena acadêmica nos alerta para a informação de que, tanto nos estudos sobre juventude quanto nos estudos sobre feminismo, existe uma grande lacuna no que diz respeito às manifestações femininas juvenis e que, ainda, as referências a elas nas pesquisas científicas toma como foco, de modo restritivo, a adolescência vinculada ao exercício da sexualidade ou à gravidez.

Tentando lidar com essa invisibilidade, nos debruçamos sobre o cotidiano e os traços de vida de jovens moradoras de uma determinada periferia buscando a apreensão do que de fato está sendo por elas vivenciado, para além da realidade de limitação dos seus espaços de circulação e do acesso aos equipamentos públicos, na direção da contribuição da criação de metodologias de intervenção junto a problemáticas sociais, em relação a esse grupo populacional.

Em nossa ação profissional, nos mobilizou a busca pelas razões das ausências dessas jovens nos espaços públicos de convivência na cidade de São Carlos (SP), com foco num Centro da Juventude. Tal mobilização resultou nesta pesquisa de mestrado, lidando com uma abordagem que abrangeu técnicas da observação-ação e entrevistas em profundidade, de forma a reunirmos dados para um mapeamento acerca de quem são, o que pensam, o que fazem, do que gostam e como vivem jovens meninas em periferias urbanas.

O trabalho evidenciou que as jovens em questão são, em sua grande maioria, tolhidas em suas manifestações pessoais. As relações culturais machistas, encarnadas de forma importante nas dinâmicas do comércio ilegal de drogas, nos homens detentores do poder financeiro, no poder de influências e no sistema patriarcal que permanece na sociedade contemporânea têm conformado fortemente o futuro dessas jovens. Seus sonhos, desejos, sua participação social e até sua personalidade sofrem com as investidas contra a autonomia feminina, como que permanecendo em algum ponto no final do século XIX, anterior a muito do que assistimos ao longo do século passado no que concerne aos direitos das mulheres.

Nossos dados nos indicam que os investimentos das políticas sociais específicas para esta população têm sido insuficientes e que suas ações são fragmentadas e/ou inadequadas. Concluímos que são de várias ordens as necessidades, do aumento dos conhecimentos gerais e específicos sobre esse grupo ao debate público e ao posicionamento social com relação à garantia de direitos civis, sociais e humanos de jovens meninas brasileiras, com vistas à ampliação de suas oportunidades de participação e autonomia.

Palavras-chave: Juventude; Gênero feminino; Vulnerabilidade social; Terapia Ocupacional Social.

ABSTRACT

According field studies of discussions about gender, invisibility of the poor young girls has been a matter for public policy created for youth, but also involves discussions around their cultural manifestations and social participation. The academic scene alerts us to the information that as much the studies on youth as in studies of feminism, there is a large gap in relation to the female juvenile manifestations and further, that the references to them in scientific research takes as focus, in a restrictive manner, adolescence linked to the exercise of sexuality or pregnancy.

Trying to deal with this invisibility, we concentrate on the quotidian and terms of life of young people living in a certain suburb, trying the understanding of what actually is being experienced by them, beyond the fact of the limitation of its circulation spaces and access to public equipments, in the direction of the contribution to the establishment of methodologies for intervention on social issues, in relation to this population group.

In our professional action, mobilized us in the search for the reasons of the absence of these young people living in public spaces in the city of São Carlos (São Paulo), focusing in a Youth Center. Such mobilization resulted in this master degree research, dealing with an approach that includes the observation-action, depth interviews, in order to gather data to a mapping about who they are, what they think, what they do, what they like and how the young girls live in the suburbs urban.

The work has evidenced that youth in question are, in their great majority, hampered in their personal statements. The cultural relations sexist, embodied in an important way in the dynamics of the illegal drug trade, in the men holders of the financial power, in the power of the influence and in the patriarchal system that remains in contemporary society have strongly shaped the future of these young people. Their dreams, desires, social participation and even their personality suffer with the assaults on female autonomy, remaining at some point in the late nineteenth century, before much of what we witnessed over the last century in relation to the rights of women.

Our finding indicates that the investments in the social policies specific to this population has been insufficient and that their actions are fragmented and / or inadequate. We concluded that the needs are from several orders, the increased of the general and specific knowledge about this group until the public debate and the social positioning in relation to the guarantee of civil, social and human rights of young Brazilian girls, in order to expand their opportunities of participation and autonomy.

Key words: Youth, Female gender; Social vulnerability; Social Occupational Therapy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Capa	1
Figura 2	Caminhos da Pesquisa	23
Figura 3	Distribuição Geográfica dos Bairros	36
Figura 4	Traços de Juventude	42
Figura 5	Gisele	52
Figura 6	Patrícia	64
Figura 7	Camila	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Classificação dos Municípios por IDH	35
Tabela 2	Situação Educacional dos Jovens por Faixa Etária (%)	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição de Renda por Família em São Carlos	39
Gráfico 2	Distribuição Geográfica da População Jovem do CadÚnico	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CadÚnico – Cadastro Único de Programas Sociais
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CEME – Centro de Especialidades Médicas
CJ – Centro da Juventude
CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
NAI – Núcleo de Atendimento Integrado
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PCC – Primeiro Comando da Capital
PIB – Produto Interno Bruto
PJA – Projovem Adolescente
PNJ – Política Nacional de Juventude
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGTO – Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional
ProEx – Pró-Reitoria de Extensão
SMCAS – Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social
SMEIJ – Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude
UBS – Unidade Básica de Saúde
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UNICEP – Centro Universitário Central Paulista
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO.....	ix
ABSTRACT	x
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xi
LISTA DE TABELAS	xii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiv
Seção I – Introdução	15
Delineamento metodológico.....	24
Cenário da pesquisa	29
Seção II – Traços de Juventude(s).....	41
Juventude(s) e gênero(s).....	42
Gisele.....	51
Patrícia.....	63
Camila.....	71
Entre cotidianos e espaços	78
Seção III – Conclusão:	84
REFERÊNCIAS	88
ANEXO 1	94
ANEXO 2.....	95
ANEXO 3.....	98
ANEXO 4.....	99
ANEXO 5.....	100

Seção I – Introdução

Cheguei ao mundo nos primeiros anos da década de 1980, e num momento de mudanças políticas significativas na realidade brasileira, marcado pelo início de um processo de abertura política, após um período de ditadura militar. No entanto, desde antes desse momento histórico, o Brasil convivia com grandes contrastes sociais e econômicos, gerados a partir de um modelo social excludente, pelo qual a maioria da população não acessava bens sociais básicos.

Nascida em berço de família de classe média, durante a infância e adolescência morei em diversas cidades e pude vivenciar contextos sociais bastante diferentes. Filha de pais muito jovens, as mudanças eram sempre em busca de um novo emprego ou de condições melhores de vida para a família. A última cidade em que morei com meus pais foi Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. Cheia de contradições, Ribeirão, como a chamávamos, me apresentou a “convivência” entre contrastes: o rico e o pobre. Mesmo achando que a diferença de classes e a pobreza me eram familiares, o grande choque de realidade aconteceu somente após o ingresso na Universidade Federal de São Carlos.

Aos 20 anos, uma entrada ligeiramente tardia no âmbito acadêmico passava pela reformulação de um desejo, pois antes o sonho almejado era o ingresso na faculdade de medicina. Já no primeiro ano da graduação em terapia ocupacional, percebi que na verdade não era a medicina que me encantava, e sim o cuidado, a atenção, o contato com o ser humano. Apaixonei-me pela perspectiva da terapêutica ocupacional! E logo no segundo ano do curso ingressei como bolsista em um laboratório de ensino, pesquisa, e extensão, o Metuia/Núcleo UFSCar¹, e nele permaneço como participante, colaboradora e agora como pesquisadora.

¹ O Laboratório Metuia se constitui desde 1998 como um grupo interinstitucional com ações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em defesa da cidadania das populações em processos de ruptura das redes sociais de suporte. Dentre as atividades que vem realizando estão os programas de intervenção de terapia ocupacional, em suas interconexões com os setores da assistência social, da cultura, da educação e também com a saúde. Atualmente, três núcleos estão em atividade: o da Universidade de São Paulo, o da Universidade Federal de São Carlos e o da Universidade Federal de São Paulo (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007).

Foram anos de muitas inquietações, rupturas, reformulações e aprendizados... Um mundo novo que se abria a cada estudo sobre Castel², Sennett³, Paulo Freire⁴, autores que defendem a terapia ocupacional social⁵ e tantos outros teóricos. Mas para além do contato com os postulados e as referências, o mais intrigante para mim era o campo, o território, o contato com a realidade dos jovens, em especial das meninas, e de tantos outros que passaram pelos minhas andanças nas periferias de São Carlos (SP).

A ideia da pesquisa como um caminho, através da proposta de estudo sobre o cotidiano e os traços de vida das jovens meninas pobres, moradoras da periferia urbana, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO), perpassou pela vontade do ensino e formação de terapeutas ocupacionais no campo social e pela perspectiva, até então pouco explorada, da discussão sobre gênero e relações de gênero na terapia ocupacional.

A partir do estudo dos traços/traçados de vida⁶ de jovens meninas moradoras de periferias urbanas localizadas no interior do estado de São Paulo, analisei: as condições reais de vida dessas jovens, suas redes de suporte social, como se configura o cotidiano de cada uma delas e o acesso aos espaços públicos e privados. Acompanhei traços da vida de cada uma dessas meninas antes e durante o período da pesquisa e pude levantar dados que possibilitaram o desvelamento do que de fato elas pensam, sentem e sonham.

Minha intenção foi investigar e problematizar sobre quem são essas jovens e como se dá a vida cotidiana na comunidade local, as relações familiares e de vizinhança, o acesso aos espaços públicos, os deslocamentos na cidade, as atividades de lazer, as responsabilidades do cuidado, as oportunidades de trabalho e renda, a trajetória escolar e a experiência das violências. Através do que

² CASTEL, R. 1994, 2009.

³ SENNET, R. 2000, 2006.

⁴ FREIRE, P. 1967, 1970, 1992, 1997.

⁵ BARROS et al. 2002; 2007a; 2007b; BARROS, D.D., 2004; LOPES et al. 2006; 2008, e etc.

⁶ Nós nos referenciamos em Pais (1999) para o uso do conceito traços de vida, ao invés de histórias ou trajetórias de vida, por se tratar de jovens (vidas ainda curtas) e pelo fato de que, por maiores que sejam os vínculos que possamos ter com os sujeitos, no âmbito da pesquisa, temos acesso a fragmentos do vivido.

denominamos de acompanhamentos individuais e territoriais⁷ e utilizando técnicas pertencentes à perspectiva da pesquisa etnográfica trilhamos em busca dessas respostas que resultaram na reconstituição dos traços/traçados de vida. A motivação inicial para desenvolver uma pesquisa sobre este grupo esteve diretamente ligada ao meu interesse no aprofundamento teórico e prático relacionado à juventude pobre, e cultivado durante o Curso de Graduação em Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior do Núcleo UFSCar do Projeto Metuia.

Dessa forma, em 2008, no terceiro ano da graduação, permaneci como bolsista do projeto de extensão *Articulação com Jovens no Território do Jardim Gonzaga* e do Projeto *Oficinas na Escola de Tempo Integral* desenvolvidos em parceria com a Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social - SMCAS, de São Carlos (SP), ambos voltados para ações com a juventude pobre e inseridos no bairro do Jardim Gonzaga, situado numa região periférica da cidade.

Dei continuidade a esse percurso, em 2009, quando compus a equipe de trabalho do Metuia/UFSCar, na condição de estagiária no último ano da graduação, realizando atividades no Jardim Gonzaga, bem como no Programa Projovem Adolescente. A SMCAS promoveu uma parceria com o Metuia/UFSCar no sentido de receber as estagiárias curriculares da graduação em terapia ocupacional nas atividades do Programa Projovem adolescente. Financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa oferece atividades para jovens de 15 a 17 anos beneficiários do Programa Bolsa Família ou encaminhados pela Proteção Social Especial, e tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Prevê o desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. Os jovens são organizados em grupos, denominados coletivos, e os coletivos são acompanhados por um Orientador Social, que por sua vez é supervisionado por um Técnico de Referência alojado nos Centros de Referência da

⁷A definição e maior elucidação sobre o que nomeamos de acompanhamentos individuais e territoriais podem ser encontradas no artigo: *Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência* (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011), e serão melhor desenvolvidas no decorrer do texto.

Assistência Social (CRAS). O Projovem Adolescente de São Carlos teve início em 2008, com 12 coletivos localizados nos bairros periféricos da cidade. Em 2009, participei como estagiária, acompanhando as atividades do coletivo de Santa Eudóxia⁸ e as supervisões semanais dos Orientadores Sociais.

Concluída minha graduação, em 2010, permaneci no referido Núcleo, como uma das terapeutas ocupacionais do Programa de Extensão Universitária Redes Sociais, Espaço Público e Cidadania: Políticas e Ações com Juventude, que teve o financiamento da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e da Pró-Reitoria de Extensão (ProEx) da UFSCar e como assessora metodológica do Programa Projovem Adolescente de São Carlos, enquanto membro da equipe do Metuia/UFSCar. Grande parte das intervenções dessa equipe acontecia no Centro da Juventude Elaine Viviani, ficando sob minha responsabilidade a oferta de uma Oficina de Atividades⁹ denominada *Espaço das Meninas*¹⁰. Já no Programa Projovem Adolescente, passei a realizar visitas semanais nos coletivos e a supervisão dos Orientadores Sociais, a fim de dar suporte metodológico no desenvolvimento das atividades e na relação com os jovens. Neste período recebi estagiárias do terceiro e quarto anos do curso de graduação em terapia ocupacional do Campo Social, sob coordenação da Professora Patrícia Borba, que compuseram a equipe do Programa nas atividades dos coletivos e nas supervisões.

Durante esses anos de atuação no território periférico são-carlense, pude observar que a presença das meninas, jovens e adolescentes, sempre foi bastante escassa, e, ocasionalmente, quase inexistente. Nesse sentido, com a ajuda da equipe do Centro da Juventude Elaine Viviani (CJ) e das estagiárias da área de terapia ocupacional social, pudemos propor uma Oficina de Atividades específica para esse público.

⁸ Distrito de São Carlos, localizado na área rural da cidade.

⁹ Segundo Silva (2007): “as oficinas são espaços constituídos por um agrupamento social nos quais são estabelecidas propostas relacionadas ao fazer, à ação humana, que promovem a aprendizagem compartilhada. Ressalta-se o caráter ativo do sujeito nesse processo assim como o caráter dinâmico dessas experiências relacionais: entre participantes, espaço, materiais, memória, sensações, enfim, entre tudo aquilo que esteja sendo efetuado no momento dessa vivência” (SILVA, 2007, p. 213).

¹⁰ Compartilhamos com a equipe do Metuia/UFSCar o uso proposital dos termos menino e menina, não apenas para evitar o monotermino jovem e seus derivados, mas também com a intenção de aproximar o leitor desses sujeitos, atrair seu olhar e persuadi-lo a sentimentos mais solidários para com os que vêm de contextos menos favorecidos (LOPES; GARCIA, 2004; TRAJBER, 2010).

Inicialmente, realizamos entrevistas com as jovens moradoras dos bairros no entorno do CJ, com idade entre 15 e 24 anos, a fim de buscar informações que dessem suporte à proposição da Oficina, tendo como principais objetivos a aproximação com elas, a criação de um espaço de pertencimento e convivência, auxiliando-as na construção de projetos em suas vidas, por meio da ampliação de repertórios pessoais e de suas redes sociais de suporte.

Mediante as informações colhidas nas entrevistas, demos continuidade à configuração de como seriam os trabalhos. Estabelecemos, então, encontros semanais no período da tarde, com duração de 3 horas, divididos em temáticas. Abordamos assuntos como: imposição midiática dos padrões de beleza, sexualidade, relacionamentos, doenças sexualmente transmissíveis (DST), violência, tráfico e uso de drogas, diversidade cultural, gênero (diferenças de gênero e violência de gênero), projetos de vida, etc. Através da proposição de atividades mediadoras das relações entre equipe e jovens participantes, foram estabelecidos vínculos afetivos que proporcionaram uma maior abertura para o acesso a informações sobre os traços componentes da vida dessas meninas, seus sonhos, pensamentos, crenças, cotidianos e questões mais abrangentes que se somaram às muitas indagações sobre a especificidade do trabalho com essa população.

O *Espaço das Meninas*, nome adotado pelo grupo que se consolidou através dessa modalidade de Oficina de Atividades, aconteceu de janeiro de 2010 a julho de 2011, porém, a baixa frequência e o acesso de meninas cada vez mais jovens (entre 11 e 13 anos) geraram muitas reflexões, angústias e inquietações.

No desenvolvimento da intervenção com essa população, a pergunta título desta pesquisa, “Cadê as meninas?”, foi se tornando cada vez mais evidente, pois apesar de termos realizado as entrevistas com um grupo etário específico (15 a 24 anos) e termos proposto um espaço de convivência que teve por base os pontos levantados pelas entrevistadas, essas garotas seguiam ausentes no Centro da Juventude.

Weller (2005), que se debruça sobre a questão da juventude feminina, cunha o conceito da invisibilidade feminina para explicitar a ausência das jovens nos contextos político-culturais, nos alertando para a informação de que, tanto nos estudos sobre juventude quanto nos estudos sobre feminismo, existe uma grande lacuna no que diz respeito às manifestações femininas juvenis. A autora

complementa afirmando que as poucas referências às jovens adolescentes nas pesquisas científicas estão relacionadas à afetividade e à sexualidade ou à maternidade socialmente precoce.

De acordo com Sposito (2009), são escassas as proposições de estudo sobre as jovens em situação de vulnerabilidade e risco:

Apesar de muitos dos estudos não considerarem a categoria juventude e/ou as relações de gênero, seus achados empíricos e descrições permitem apreender um pouco da diversidade do ser moça ou rapaz, no Brasil urbano atual. Sem dúvida, contudo, o avanço teórico na direção de uma apropriação mais densa de ambos os conceitos não apenas abriria novos problemas de pesquisa, em especial ampliando as temáticas para além das questões da sexualidade e do corpo, como também permitiria análises mais enriquecedoras (Sposito, 2009, p. 260).

Posto isto, busquei desde o princípio referenciais teóricos, que fornecessem subsídios para refletir sobre as relações de gênero, a(s) juventude(s), as desigualdades sociais e o cotidiano que, por consequência, contribuíram para identificar os dilemas, as vivências e experiências dessas jovens meninas pobres.

Partindo dessas reflexões realizei um levantamento da literatura sobre gênero e juventude, relações de gênero, traços/traçados e história de vida, cotidiano, vulnerabilidade social e terapia ocupacional social, em um esforço de mapear a produção intelectual nessa área e identificar a existência (ou não) de referências sobre a vida e história das jovens meninas moradoras das periferias urbanas.

Após esse mapeamento, pude identificar que existem poucos estudos relacionados ao cotidiano e às histórias de vida dessa população em especial. Foi também realizado um levantamento de teses e dissertações no Banco de Teses e Dissertações da Capes¹¹ com as palavras-chave juventude, adolescência, gênero feminino, pobreza, vulnerabilidade social. Como resultado obtivemos 93 teses e dissertações que discorrem sobre os assuntos, sendo que apenas seis relatam

¹¹O Banco de Teses e Dissertações da Capes tem como objetivo facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país. A Capes disponibiliza ferramenta de busca e consultas relativas a teses e dissertações defendidas após 1987. As informações são fornecidas diretamente a Capes pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados. A ferramenta permite a pesquisa por autor, título e palavras-chave.

sobre características das histórias, rituais e modos de vida de jovens meninas pobres e as outras 87, em sua maior parte, ponderam sobre o arcabouço teórico das ciências médicas e/ou clínicas.

Frente a este panorama, o interesse pelo aprofundamento e desenvolvimento de uma pesquisa que proporcione o desvelamento sobre a realidade cotidiana e as histórias de jovens meninas pobres aumentou bastante, no sentido de proporcionar estofos à contribuição da terapia ocupacional social na produção de conhecimento deste campo de intervenção e pesquisa.

Acredito que o resultado das discussões e reflexões aqui contidas se constitui em um aporte importante para o universo da terapia ocupacional, em especial da terapia ocupacional social, no que tange não só à construção de metodologias de trabalho, mas também, na contribuição de outras práticas profissionais (novas ou não) com esta população almejando desenvolver projetos e políticas no sentido de oportunizar traços/traçados de vida diferentes dos que serão apresentados como resultado do nosso estudo.

Dessa forma, a estrutura do texto a seguir buscou evidenciar os caminhos metodológicos da própria pesquisa, a fim de aproximar o olhar e entender o contexto sobre o qual os traços/traçados de vida das meninas se configuram.

Sendo assim, o texto foi dividido em quatro seções: na primeira, apresento as escolhas teórico-metodológicas desenvolvidas neste estudo. No item Delineamento metodológico foram explanados os procedimentos realizados para o levantamento dos dados numéricos sobre o Cadastro Único para Programas Sociais e sobre os dados do Cadastro de Matrículas do Centro da Juventude Elaine Viviani, que abrangem a região do bairro no qual esta pesquisa se deu, e finalmente, sobre como se deram os acompanhamentos individuais e territoriais para a configuração dos traços/traçados de vida das meninas.

Na segunda seção nos debruçamos sobre discussões conceituais referentes à(s) juventude(s), com os traços/traçados de vida das três jovens que foram acompanhadas no decorrer da pesquisa. A primeira será a história de Gisele e suas contradições entre o amor e o ódio, marcadas em uma relação com um garoto envolvido no comércio ilegal de drogas; Camila nos será apresentada como uma das mais típicas descrições do ser mulher na periferia, sendo responsabilizada pelos cuidados da casa, da família, do namorado, enfim, de tudo e de todos à sua volta,

menos de si mesma; Patrícia, por sua vez, nos interroga com a dinâmica dos sonhos e das impossibilidades da vida; em sua história, a relação entre o trabalho e a vontade de fazer uma faculdade são interpeladas pelas intercorrências do cotidiano.

Por último, discutirei na seção III deste texto as conclusões elucidadas por este trabalho.

Figura 2: Caminhos da pesquisa



Fonte: Projeto Metuia/UFSCar – Espaço das Meninas, 2010.

Delineamento metodológico

A partir da definição das questões da pesquisa e dos aportes teóricos que me auxiliariam na tarefa da reflexão sobre os dados, iniciei a escolha do percurso metodológico que melhor respondesse às questões que se colocaram.

Para que se torne compreensível esse percurso, há de se explicar um histórico anterior à pesquisa, de inserção no território e vinculação com a comunidade.

Como já dito anteriormente, desde o ano de 2008 venho participando em atividades do Metuia/UFSCar no Bairro Jardim Gonzaga. As experiências durante o projeto *Oficina na Escola* na Escola Estadual Dona Aracy Leite Pereira Lopes, no Centro da Juventude, com os coletivos do Projovem Adolescente e no interior da comunidade que ocorriam semanalmente, me proporcionaram uma circulação tranquila, mas guiada, pelas ruas e vielas do bairro, por meio de vinculação com as jovens que participaram do *Espaço das Meninas*.

O envolvimento com o território da pesquisa e a permanência como técnica e, recentemente, como pesquisadora, possibilitaram a maior aproximação e vinculação com a população e, em especial, com as meninas. Durante as andanças pelos bairros daquela comunidade e por meio das atividades desenvolvidas pela equipe do Metuia/UFSCar no Centro da Juventude Elaine Viviani, fui aprofundando os vínculos com algumas jovens, que foram balizadoras na minha entrada nas *rodinhas de meninas* que permaneciam manhãs e tardes sentadas às portas das casas e nas praças. Foi através desta relação de confiança e respeito com algumas delas (desde minha entrada efetiva no campo em 2008) que consegui acessar a realidade das meninas que moram nos entornos do referido equipamento. Elas guiavam-me não só pelas ruas e vielas, mas também pela língua, gírias e códigos culturais, principalmente os impostos pelo Primeiro Comando da Capital – o PCC¹².

¹² A respeito destes códigos torna-se importante ressaltar o quanto estão intrínsecos ao cotidiano da comunidade. A título de exemplificação observamos nesta comunidade que o fato de uma menina ter se relacionado com um suposto jovem *iniciado* na organização criminosa (ou não, mas que se aproxima do mercado ilegal de drogas), significa determinar que ela será “propriedade” dele para todo o sempre. Seu corpo, suas atitudes e seu respeito ao seu *companheiro* serão passíveis de cobrança por qualquer outro homem da organização. E mesmo que seu *relacionamento* não dê certo, ela ficará marcada como a *mulher do irmão* (nome pelo qual os integrantes do PCC se chamam) e não poderá se relacionar com qualquer outro homem. Outras regras como a cobrança de

Por meio da imersão no mundo jovem feminino da comunidade, circulei entre ruas, casas, calçadas, escolas, creches, Unidades Básicas de Saúde (UBS), hospitais, praças e pelo Centro da Juventude Elaine Viviani. Realizei encontros, parcerias, observações e entrevistas, num tempo que permitiu a coleta dos dados, e reflexão sobre o *ser*, o *fazer* e o *estar menina* naquele território.

Com o propósito de acompanhar de perto o cotidiano de algumas delas e desenhar um panorama sobre as vidas que ali se tecem, comecei a frequentar suas casas e explicitar meu objetivo na pesquisa. Rapidamente percebia uma identificação e uma vontade grande em expor suas histórias. Ao passo que elas se revelavam, traziam consigo amigas, colegas, primas, vizinhas etc., e intermediavam as novas relações de confiança e respeito que seriam a partir daquele momento estabelecidas.

Dessa forma, a escolha das histórias que serão aqui retratadas foi se tornando cada vez mais delicada, pois a cada apresentação, a cada encontro, a riqueza dos detalhes e a variedade das experiências me faziam entrar num mundo difícil, mas extremamente contagiante. Entre facilitadoras dessa relação de confiança e respeito e colaboradoras da pesquisa, conheci cerca de 15 garotas. Com seis delas pude me aprofundar no levantamento dos traços de vida, mas falaremos de apenas três, as quais foram consideradas mais significativas para os objetivos deste trabalho.

Para a composição dos traços/traçados de vida nos aproximamos de alguns referenciais teórico-metodológicos, a saber: a sociologia do cotidiano de Pais (2003; 2005), bem como os estudos etnográficos apresentados por Feltran (2008; 2010) e da terapia ocupacional social, composta por um arcabouço metodológico abrangendo os acompanhamentos individuais e territoriais, a dinamização da rede, a articulação de recursos no campo social, as oficinas de atividade, dinâmicas e projetos (BARROS et al, 2006; 2007; 2011).

Segundo Stecanela (2008), a pesquisa qualitativa vem sofrendo uma virada epistemológica nos últimos anos e ela reforça tal fato dizendo que os detalhes da vida cotidiana, antes não observados e validados pelas pesquisas quantitativas,

dívidas, a violência física entre homens, o não roubo dentro do território e a vingança são discutidas caso a caso com os líderes da organização, que emitem uma decisão ou sentença (Anotações do Caderno de Campo).

ganharam importância e têm atraído o olhar e o interesse dos pesquisadores contemporâneos. A autora se apoia em Melucci (2005; 2005a), que nos coloca que é através da cotidianidade que “os sujeitos constroem o sentido de seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites da ação” (MELUCCI, 2005, p. 29).

Posto isto, Pais (2003) nos apresenta o recurso metodológico da sociologia do cotidiano, e nos convida a trilhar pelas lógicas da descoberta e rompermos com a lógica da demonstração, do preestabelecido. Propõe que nos afastemos dos percursos da pesquisa como uma “viagem programada, guiada por simples demonstrações das hipóteses que reduzem ao pesquisador as possibilidades de enxergar para além dos seus pilares teóricos” (Pais, 2003, p.17).

Ainda segundo o autor, a proposta de evidenciar a vida cotidiana na pesquisa científica por meio da sociologia está na possibilidade de tentarmos correlacionar, micro e macrossistemas; no caso deste estudo, analisar como são afetadas as trajetórias das meninas pelos determinantes da sociedade, e como a sociedade se traduz através da leitura de suas vidas (Pais, 2003, p.18).

Nós nos alinhamos a esta perspectiva, que se propõe a engendrar pelo novo, a lapidar o bruto, para poder enxergar o que há de oculto, o que permeia as entrelinhas e subjetividades. Porém, de acordo com Stecanela (2008), em sua tese de doutorado¹³, a alma da sociologia do cotidiano não está em simplesmente enxergar os fatos, o corre-corre da vida e seus pormenores, e sim no modo como os interrogamos e revelamos. É bastante óbvio que este processo, por mais libertador que seja para o pesquisador, é difícil, conturbado, peculiar e muito solitário, não somente pela necessidade da interpretação dos dados (que se transformam em grande número, pois a vida de cada uma das meninas acompanhadas é recheada de meandros e intensidades) que exigem certa disponibilidade na intensidade da aproximação com os sujeitos.

Frente a isto, mergulhei nos acompanhamentos individuais e territoriais, inspirada nos estudos etnográficos realizados por Caria (2003) e Feltran (2008, 2010) e também propostos pela terapia ocupacional social. Nestes, tive como força motriz e direcionamento o

¹³ Jovens e Cotidiano: trânsito pelas culturas juvenis e pela “escola da vida” - Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de doutor.

fortalecimento das redes sociais de suporte para pessoas em processo de ruptura das redes sociais de suporte, com vistas à sua maior autonomia e inserção social (...) pretende uma perspectiva que transcenda ao aspecto clínico referido no acompanhamento individual, alinhando-se à formulação proposta por Barros et al. (2002a) na discussão das intervenções no campo social: 1. descentramento do saber do técnico para a ideia de saberes plurais diante de problemas e de questões sociais; 2. descentramento das ações da pessoa (considerada corpo/mente doente ou desviante) para o coletivo, para a cultura da qual a pessoa não pode ser separada; 3. descentramento da ação: do setting para os espaços de vida cotidiana; 4. descentramento do conceito de atividade como processo unicamente individual para inseri-lo na história e na cultura (BARROS et al., 2007, p. 100).

Assim, foram realizados os acompanhamentos individuais e territoriais com seis jovens meninas e aconteceram entre junho de 2010 a julho de 2012, mas após algumas orientações realizadas pela banca do exame de qualificação, e focada no compromisso de nos aproximarmos da maior caracterização possível da realidade das jovens meninas moradoras das periferias urbanas, dentro dos tempos possíveis da pesquisa, foram escolhidos três traços de vidas que serão explicitados na seção seguinte.

Escolhemos¹⁴ estas meninas por terem trajetórias de vida bastante diferenciadas, apesar de algumas semelhanças. Cada acompanhamento se deu em tempos e espaços distintos (algumas permanecem sendo acompanhadas pela equipe do Metuia/UFSCar), respeitando a necessidade e as individualidades de cada jovem. A comunicação foi realizada de várias maneiras, através de mensagens eletrônicas e redes sociais via rede mundial de computadores, telefonemas, encontros casuais e agendados, a depender da disponibilidade de cada uma. Orientamo-nos pela metodologia proposta pela terapia ocupacional social, levando em conta que somente por meio da criação do vínculo de confiança e respeito é que se torna possível a composição de estratégias para a constituição das ações do acompanhamento individual e territorial (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011).

As jovens participantes desta pesquisa colaboraram também com a produção do texto final de cada história, contribuíram com novas informações e

¹⁴ Durante o texto a variação da primeira pessoa do singular e do plural aparece por entender que o processo da pesquisa por vezes foi um trabalho solitário e por outras em conjunto com a equipe do Metuia/UFSCar e com minha orientadora.

alguns esclarecimentos. Este processo foi realizado com algumas pessoalmente, com outras via rede mundial de computadores, de acordo com a disponibilidade delas. O processo de leitura e reflexão sobre os traços de vida de cada uma foi bastante interessante. Algumas se emocionaram e puderam dizer que notavam seus respectivos amadurecimentos no trajeto, e faziam planos. Outras se colocavam com tristeza, não conseguindo imaginar um futuro alternativo, diferente daquele que suas avós, mãe e agora elas vivenciavam, e mesmo quando problematizei com cada uma sobre os projetos, as alternativas, o não determinismo de suas trajetórias, eram ofuscadas pela falta de perspectiva, de repertórios e de projetos em suas vidas.

Para garantir que todos os procedimentos estivessem protegidos pela ética na pesquisa, foram respeitados, sempre, os valores culturais, sociais, morais, religiosos, bem como os hábitos e costumes. Foram também considerados os riscos e benefícios para a população envolvida, prezando pelo cuidado com as informações colhidas durante os processos (BRASIL, 1996; MACRAE; VIDAL, 2006). Com as meninas escolhidas para compor os relatos do cotidiano e dos traços de vida, utilizei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁵.

¹⁵ Cópia do documento no Anexo 2.

Cenário da pesquisa

Oh minha São Carlos, nossa, nossa.
Enriquece-te a cada instante,
faz-te morada dos operários, dos estudantes.
Ainda aquela família de retirantes,
cuja perspectiva ainda é grande na proporção de tua vontade.
Faço de ti meu berço,
pinto-te do Castelo Branco ao Tijuco Preto.
Respiro da atmosfera de tuas ruas,
apago-lhe as luzes, e deixo o trabalho pra lua.
Em contraste ao branco da lua, encontro o marrom do café,
conde, condessa, barão, baronesa,
ai se vivos estivessem para ver tanta beleza,
ou se sentisses o aroma que deixastes em minha mesa.
Oh praças e bancas,
salienta-nos a jogatina dos velhos e o sorriso das crianças.
Crianças a pintar um futuro da cor de nossa bandeira,
azul, branco e verde.
Verde das araucárias, ou mesmo dos jardins.
Sonzaga, Medeiros, Paulistano, Beatriz.
Sem me esquecer é claro de Belvedere, Cardinalli ou Maracanã.
Crianças, do ontem, do hoje, do amanhã.
Ponho-me a sorrir ao adentrar-te,
todavia, Getúlio Vargas, daqui não fazes parte.
Tudo bem, como poderia esquecer-me de tuas avenidas?
Íngremes, retas ou distorcidas.
Ademais, de nove de julho a quinze de novembro,
percorro-te em marginais.
Aprecio-te os edifícios, não tão altos, tampouco baixos.
Sorrio novamente ao ver-te em minha sacada,
no breu da noite, faz das constelações sua namorada.
Desperto, logo é dia,
abro a janela, Maria Stella Fagá me faz companhia.
Logo, levanto-me pra ver-te, Lagoa Serena,
que aos olhos de minha morena se torna pequena.
Pequena em extensão?

Acho que não.
 Colada no centro também se faz coração.
 E como falaria de Centro sem esquecer de ti, Vila Prado?
 Canal de tantos bairros, esfera de tantos abraços.
 Dejo-te como um laço, que prende-me em teu espaço.
 E já que adentramos as vilas, jamais abandonar-te-ia,
 Isabel, São José, Nery, Marina.
 E quanto a ti, Aracy?
 Há pouco chegaste, e me arrastaste para teus braços.
 Mostraste-me que da dignidade se faz o homem.
 E que a tua distância é o que mais me consome.
 E quanto a você, turista?
 Não vêes aqui um sinal de amor?
 Do Botafogo ao Antenor.
 Antenor, cujo sobrenome é Garcia,
 apresenta-nos virtudes em contraponto à soberania.
 Quanto à despedida... tende a deixar-te com lágrimas no rosto,
 ou então trazer-te para um entosco.
 Entosco não pejorativo, mas com outro nome: Cidade Jardim,
 donde os que entram jamais querem sair.
 É, de fato é muito bom,
 mas jamais abandonaria tua Boa Vista, minha Redenção.
 Vista por mim muito bem quista,
 Chame as Santas Paula e Mônica para festejar minha boa notícia,
 Não importa de onde,
 Jockey Club, Pacaembu, Jacobucci ou Santa Felícia.
 Oh minha cidade, como te amo.
 Dico, 2012.¹⁶

Apoiamo-nos em Barros et al. (2002, 2007) para fortalecer a discussão de que o conhecimento da realidade de uma população e suas necessidades nos remete diretamente ao território no qual esta população está inserida. Sonhos,

¹⁶ Poema divulgado no blog de um estudante do curso de graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<http://paraleraldaquidezanos.blogspot.com.br/2012/10/a-minha-cidade-interiorana.html>>. Acesso em 2 de outubro de 2012.

trabalhos, relacionamentos, todos estes se afetam e são afetados pelo território no qual a população está inserida.

Com relação ao território no qual se insere esta pesquisa, a cidade de São Carlos, localizada a 230 km de São Paulo, tem uma população estimada em 221.950 habitantes, distribuída em uma área total de 1.137 km², sendo uma das dez maiores cidade do interior do estado em número de residentes (IBGE, 2010).

Conhecida anteriormente como Campos ou Sertões de Araraquara, a região central do estado de São Paulo, onde está localizada a cidade de São Carlos, começou a ser povoada por volta do final do século XVIII, por motivos da exploração de ouro em Goiás. Estabeleceram-se nas terras da futura São Carlos pessoas em busca de oportunidades e terras, os antigos posseiros e negros moradores dos quilombos das matas que cercavam a região, e tal fato acabou por expulsar a população indígena que ali morava, restando apenas alguns remanescentes (SÃO CARLOS, 2012).

No começo do século XIX, as terras foram demarcadas em sesmarias para a coroa portuguesa aproveitar as terras improdutivas. A princípio as glebas de terra eram intransferíveis e não poderiam ser subdivididas, mas, rapidamente, esta prática foi iniciada e surgiram as fazendas e sítios (SÃO CARLOS, 2012).

A cidade de São Carlos nasceu através da formalização, junto às autoridades locais da época, de três sesmarias: Monjolinho, Quilombo e Pinhal. No ano de 1857, por intermédio Carlos José Botelho, filho do sesmeiro Carlos Bartholomeu de Arruda, houve a idealização da formação de uma cidade em terras da sesmaria do Pinhal, mas ele acabou falecendo antes da constituição do município. Com sua morte, seus herdeiros trataram da realização desse projeto, auxiliados por Jesuíno de Arruda (SÃO CARLOS, 2012).

Em função do aumento do consumo internacional de café no final do século XIX, as fazendas de São Carlos entraram em evidência na cena político-econômica do país e, por meio dos recursos obtidos através do comércio deste grão, a cidade foi se desenvolvendo e oferecendo melhores condições de moradia (SÃO CARLOS, 2012).

Pensando no beneficiamento da produção e na ampliação do comércio, alguns fazendeiros investiram na ampliação da malha férrea do interior do estado até o porto de Santos. Por consequência, a chegada do trem possibilitou o

crescimento tanto econômico quanto populacional e o êxodo rural, alterando para sempre a configuração do município (SÃO CARLOS, 2012).

Nas últimas décadas do século XIX, com o fim da escravidão, São Carlos vivenciou o processo de imigração e acolheu imigrantes alemães, espanhóis, portugueses, italianos, turcos, sírio-libaneses, árabes e japoneses. Advindos de lugares distintos carregaram consigo suas culturas que, mescladas às dos moradores da cidade, estabeleceram um processo de aculturação que permanece até os dias de hoje (SÃO CARLOS, 2012).

Em meados do século XX a cidade assumiu papel de destaque no interior do estado de São Paulo após a implantação da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP) e, posteriormente, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Centro Universitário Central Paulista (Unicep). Dessa forma, tornou-se no decorrer dos anos, um polo científico-tecnológico, e é considerada a cidade com maior concentração de doutores por habitante do Brasil¹⁷ (SÃO CARLOS, 2012).

Embora seja fruto deste vigor acadêmico, tecnológico e industrial, São Carlos apresenta grandes contradições e desigualdade social. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a cidade está em 67ª colocação quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁸ em relação aos outros municípios do Brasil, com pontuação de 0,841, e tem PIB *per capita* de R\$ 16.441,00, índices considerados altos, frente aos observados no restante do país (IBGE, 2010).

¹⁷ São Carlos apresenta a média de um pesquisador-doutor para cada 180 habitantes. No Brasil a relação é de um doutor para cada 5.423 habitantes (SÃO CARLOS, 2012).

¹⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento (PNUD, 2012).

Tabela 1 – Classificação dos Municípios por IDH

Colocação	Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000
67°	São Carlos (SP)	0,803	0,841	0,773	0,795	0,859	0,928

Fonte: PNUD (2003)

Repetindo o histórico de *cidade acolhedora*, após ter se tornado a *Capital da Tecnologia* (SÃO CARLOS, 2010) em meados dos anos 1970, São Carlos passou a receber um grande número de pessoas que vinham em busca de novas possibilidades e melhoria na qualidade de vida. Porém, o número de empregos disponíveis não foi suficiente para toda a população que já morava na cidade e para os migrantes, gerando assim, uma ocupação geográfica e social marcada pela segregação socioespacial produzindo precariedades nas situações cotidianas vivenciadas pelas famílias que ali se instalavam (ROSA, 2008).

Os grupos populacionais que viviam em condições de vulnerabilidade social foram se alocando, na época, nas regiões periféricas da cidade. Essas regiões se constituíram historicamente e têm se caracterizado de forma empobrecida, que ainda demanda infraestrutura, e cuja rede pública e privada de serviços é precária para atender aos cerca de 15.200 habitantes. O conglomerado de bairros nessas condições recebe o nome de Grande Cidade Aracy e nele localiza-se o bairro do Jardim Gonzaga, no qual mora a maioria das meninas que foram acompanhadas nesta pesquisa.

de suas famílias começaram a construir suas casas e barracos, em condições precárias de habitação, com poucos ou quase nenhum recurso de subsistência. Lopes e Souza (2010), em sua pesquisa sobre a história do Jardim Gonzaga, elucidam que

A partir de 1978, por meio das mediações próprias das famílias que ali estavam chamando parentes e amigos, mas também pela chegada de água encanada por uma torneira pública instalada (depois de 1980, sendo motivo de muitas disputas entre os moradores) e, posteriormente, com os postes de energia elétrica, a favela do Gonzaga começa a receber muitas pessoas, multiplicando seu tamanho. O mercado dos barracos era muito rápido e garantia uma mobilidade para as famílias dificilmente conquistada com outra forma de moradia (LOPES; SOUSA, 2010, p. 26).

Concomitantemente ao aumento do número de moradores cresceram também as demandas por melhores condições e recursos na comunidade, portanto um grupo de moradores passou a se organizar e a realizar reivindicações para o poder público, mas só por volta do fim da década de 1980 que algumas mudanças aconteceram.

A nova sequência de intervenções promovidas pelo poder público, os contínuos movimentos de apropriação por parte dos moradores e de rearranjos nas dinâmicas socioespaciais locais irão resultar em transformações significativas e aceleradas no processo de produção e apropriação do espaço do 'Gonzaga' (ROSA, 2008, p. 161).

Como relatado por Rosa (2008), a dinâmica populista e clientelista assumida por parte de alguns políticos da cidade fizeram com que a ocupação do bairro se desse de maneira crescente, não espontânea, precária e desorganizada (ROSA, 2008).

Ainda ignoradas pelo restante da cidade, habitando um local sem urbanização, no que era a "fronteira" urbana de então, essas famílias foram construindo um cotidiano que, em função das privações de direitos a que estavam submetidas, aproximava-se do rural (ROSA, 2008, p. 61).

Cerca de três anos após o início da ocupação e da invisibilidade com que fora considerada neste período, a Favela do Gonzaga já experimentava, ao final da década de 1970, o adensamento das redes de barracos e o aumento significativo do número de moradores, sendo, portanto, considerada, frente a documentos da Câmara dos Vereadores e reportagens de jornais locais, "a primeira favela de São Carlos" (ROSA, 2008, p. 76).

[...] São Carlos tem uma ferida, que é a Favela do Gonzaga, com cerca de 260 casas, construídas precariamente, constituindo-se num problema social que vem perturbando a sociedade são-carlense. Essa favela [...] surgiu na administração passada [...] que autorizava as pessoas a lá se instalarem. É um problema angustiante, que não se coaduna com a cultura e o progresso desta cidade. (ROSA, 2008 apud Ata da Câmara Municipal de São Carlos, 10 de junho de 1985, p. 106).

Com efeito, somente em 1990, com a promulgação da Lei Municipal nº 10.292/90, e após jogos políticos e estratégicos, a Favela do Gonzaga receberia oficialmente e legalmente o título de *bairro* Jardim Gonzaga e os investimentos para urbanização e construção de infraestruturas.

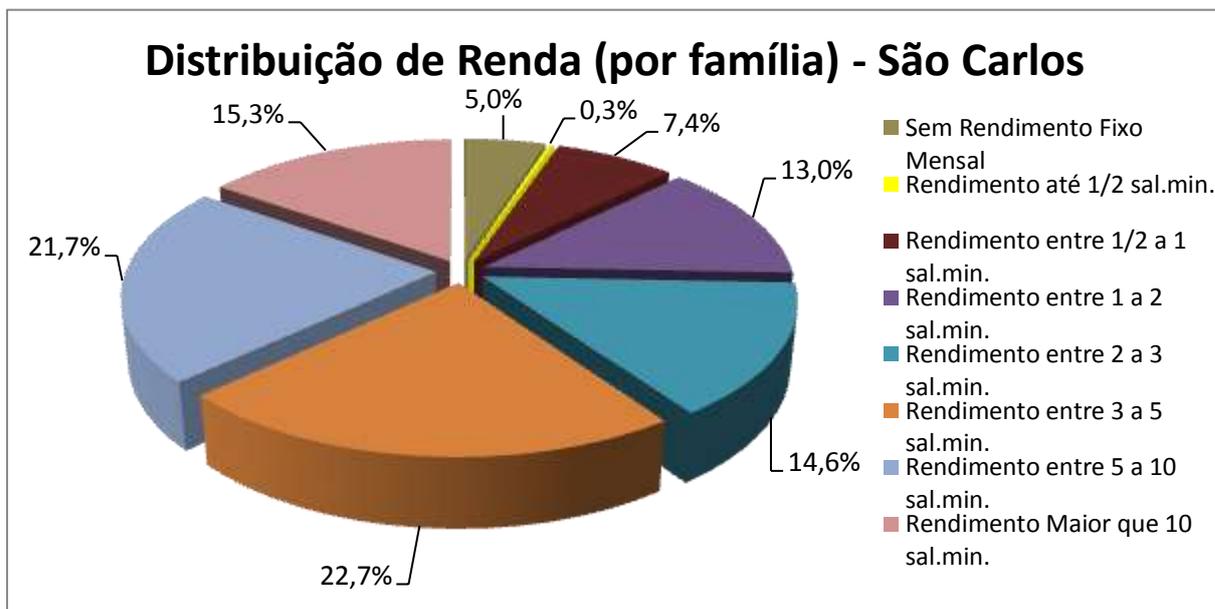
Apesar de concluídas as obras e instituída a mudança de designação do local – de Favela para Jardim –, como que proclamando oficialmente uma mudança de status daquele espaço na cidade, efetivamente tal “condição” – e todos os estigmas dela decorrentes não teria sido modificada com a intervenção (ROSA, 2008, p. 139).

Contudo, o Jardim Gonzaga permanece como palco de altos índices de desemprego, pobreza, violência, gravidez socialmente precoce e baixos índices de desenvolvimento humano, especialmente no que se refere ao acesso a bens e serviços, além de estar inserido no circuito do comércio de drogas ilícitas, sob influência da dinâmica do que prevê o Primeiro Comando da Capital (PCC) (LOPES; SOUSA, 2010).

Posto isto, apresentamos os dados que foram colhidos do Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, e do Cadastro de Matrículas do Centro da Juventude Elaine Viviani a fim de ilustrar mais aprofundadamente o cenário do território.

No que tange à totalidade da população são-carlense, como já mencionado anteriormente, classificaremos primeiramente a distribuição de renda da população do município, conforme gráfico, abaixo:

Gráfico 1: Distribuição de Renda por Família em São Carlos



Fonte: IBGE, 2010

Infere-se, portanto, que aproximadamente 40% da população está classificada como de baixa renda, de acordo com o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, da Casa Civil, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e define população de baixa renda como aquela que possui renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos (BRASIL, 2007).

Ainda sobre o total da população (221.950 habitantes), temos aproximadamente 36.271 jovens na faixa etária de 15 a 24 anos (IBGE, 2010), ou seja, 16,3% da população total do município está compreendida nesta faixa etária. Analisando a distribuição de jovens por sexo, encontramos números bem próximos, na razão de 49% (17.599) de mulheres e 51% (18.672) de homens.

Concomitantemente ao processo de reconstituição dos traços/traçados de vida houve também as negociações com a Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) da Prefeitura Municipal de São Carlos (SP), para conseguirmos acessar e realizar um filtro nas informações disponíveis no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico.

O Cadastro Único para Programas Sociais é o instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil, a fim de que sejam incluídas no Programa Bolsa Família, parte integrante do Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de

brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais, o qual, na sua criação, baseou-se na possibilidade de garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos, porém sabe-se que tem sido insuficiente para a demanda que se coloca (BRASIL, 2012).

O Plano Brasil sem Miséria faz parte da Política Nacional de Assistência Social que, junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando ao enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os sujeitos individuais e coletivos que se encontram em situações de risco. Tem como objetivo e pretensão garantir a todos, que dela necessitam e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção, mas esta premissa é discutível quando olhamos para a profundidade das necessidades ainda enfrentadas pela população pobre do Brasil (BRASIL, 2012).

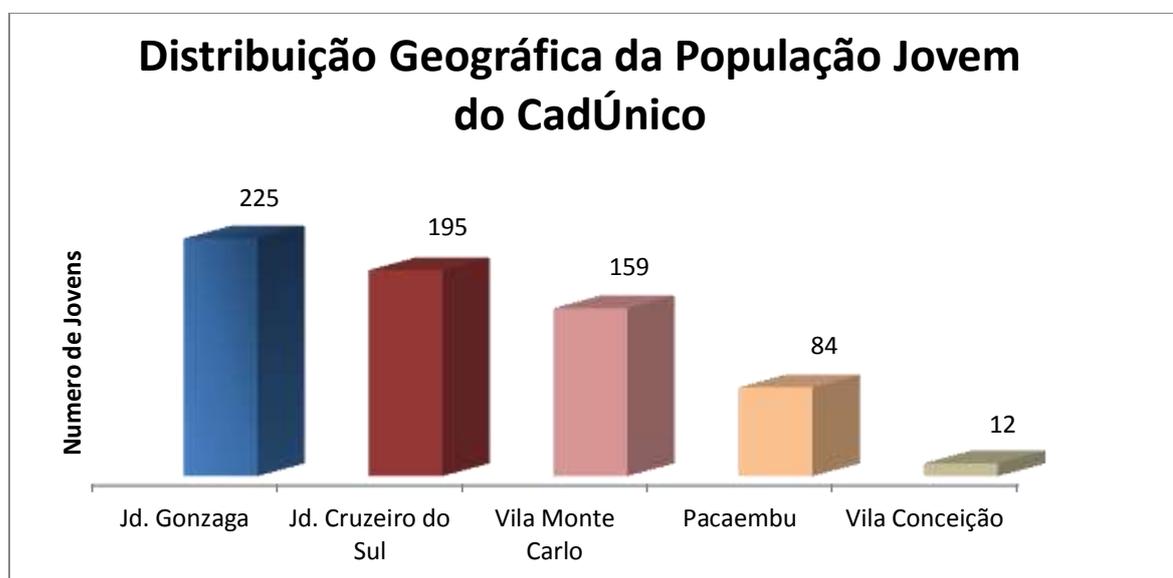
Neste período, eu ainda era funcionária contratada do Programa Projovem Adolescente e, no meu cotidiano de trabalho, dividia meu tempo entre as minhas orientações no Metuia/UFSCar, as visitas aos coletivos e o planejamento das atividades de supervisão dos orientadores sociais, realizado dentro da SMCAS. Mesmo estando alocada na sala ao lado do computador no qual o programa para acesso aos dados do CadÚnico ficava, foram necessárias conversas e muita insistência com alguns funcionários frente à morosidade nas respostas, mesmo após o consentimento da SMCAS. Após sete meses de negociação, consegui acessar o técnico que fazia o filtro nas informações e iniciei o processo de esclarecimentos sobre a temática e os objetivos da pesquisa, visto que o programa usado é de grande complexidade e não seria possível que eu o realizasse.

Decidimos pela busca deste material no sentido de ampliar a visão sobre esta população. Porém, no decorrer da pesquisa, à medida em que fomos nos aprofundando nos acompanhamentos individuais e na construção dos traços de vida, fomos percebendo que não seria significativo o retrato desse grupo a partir dos dados numéricos relacionados ao acesso a Programas Sociais e de Combate à Fome, bem como do Centro da Juventude Elaine Viviani (CJ), pois apenas uma parcela pequena de jovens meninas acessava tais políticas públicas.

Neste cenário, os dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico foram colhidos mediante aprovação da Secretária Municipal de Cidadania

e Assistência Social, através de filtro dos seguintes dados: bairro, responsável, endereço, CEP, telefone, se recebe bolsa família e qual o valor, se o chefe familiar é mulher ou homem, a renda familiar e *per capita*, nome do jovem, sexo, data de nascimento e nome do pai e da mãe, para a população de 15 a 24 anos que reside nos bairros em torno ao Centro da Juventude Elaine Viviani, a saber: Cruzeiro do Sul, Jardim Pacaembu, Jardim Gonzaga, Vila Monte Carlo e Vila Conceição. Sendo assim, temos a distribuição geográfica dos jovens desta faixa etária nos bairros supracitados da seguinte forma:

Gráfico 2: Distribuição Geográfica da População Jovem do CadÚnico



Fonte: CadÚnico (2011)

Totalizando a maior concentração de jovens de baixa renda, temos o Jardim Gonzaga, seguido do Cruzeiro do Sul, Vila Monte Carlo, Pacaembu e Vila Conceição¹⁹ respectivamente.

Além da distribuição geográfica desses jovens nos referidos bairros, outras informações tornam-se relevantes para a análise do contexto, conforme os seguintes dados:

¹⁹ Vila Conceição é um bairro novo, com poucas ruas, que se localiza entre o Jd. Gonzaga e o desnível geográfico que o divide do bairro Cidade Aracy I.

- 57% estão com cadastros ativos no Programa Bolsa Família;
- 40,9% dos lares são chefiados financeiramente por mulheres, e
- a renda familiar média é de R\$ 409,26²⁰.

Mesmo o Jardim Gonzaga liderando a concentração de jovens neste território, foi escolhido como local de implantação do equipamento destinado ao acesso ao lazer e cultura, o Centro da Juventude Elaine Viviani, o bairro Vila Monte Carlo.

Sobre o referido equipamento, temos, de acordo com o Cadastro de Matrículas do Centro da Juventude Elaine Viviani, 3.577 inscritos, das quais 3.506 inscrições foram consideradas válidas²¹, sendo que 2.216 (63,2%) são pertencentes aos bairros próximos ao equipamento²² e, em especial, 351 (9,8%) são residentes no Jardim Gonzaga. Destes, 177 são mulheres, e 174 são homens, porém quando colocamos lentes sobre a faixa etária alvo deste equipamento, nos deparamos com apenas 98 rapazes, e 78 moças com idade compreendida entre 15 e 24 anos²³.

Frente a este panorama, verificamos que o retrato sobre a condição e situação da população feminina juvenil não seria possível através da análise dos dados numéricos, pois as meninas que acompanhamos durante a pesquisa e suas amigas, colegas, primas e vizinhas, não só não acessavam o Centro da Juventude, mas também tinham dificuldades em conseguir o cadastramento nos programas sociais e de combate à fome. Sendo assim, decidimos por realizar o acompanhamento individual e territorial em profundidade, de maneira que pudéssemos chegar a diferentes contextos e diferentes traços/traçados de vida.

²⁰O valor do salário mínimo atual (a partir de 01/01/2013) é de R\$ 678,00.

²¹ Foram consideradas válidas somente as inscrições com os principais campos preenchidos.

²² São estes: Jardim Gonzaga, Vila Monte Carlo, Pacaembu, Cruzeiro do Sul e Vila Conceição.

²³ Agradecemos as contribuições da pesquisa de iniciação científica de Marina Martins Marinho *Centro da Juventude em foco: Discursos e Ações*, em desenvolvimento no curso de Graduação em Terapia Ocupacional, sob orientação da Prof^a Dr^a Roseli Esquerdo Lopes.

Seção II – Traços de Juventude(s)



Direcionar um olhar para essas jovens significa colocar em evidência aquelas que representam a grande maioria das jovens deste país, as anônimas, aquelas que não se destacam como um problema, mas ainda sim carecem de tudo (...). Significa também refletir sobre o modo como algumas mudanças vêm ocorrendo em relação ao jeito de ser e de pensar das mulheres e tomar consciência de que, apesar das mudanças se processarem em relação à conquista dos direitos civis e constitucionais, ainda perdura a discriminação e falta de legitimidade do saber/fazer feminino (SALVA, 2008, p. 16).

Juventude(s) e gênero(s)

Conceituar a juventude não tem sido tarefa fácil aos pesquisadores. A quantidade de referências produzida nas últimas décadas e os diferentes enfoques possíveis têm constituído um grande leque de complexidades. Ter a clareza dessas complexidades se faz importante para evitar equívocos no uso do conceito.

Segundo Costa (1996), o conceito de juventude pode variar conforme o interesse de quem o maneja:

São distintas, por exemplo, as motivações de um cientista político, de um educador, de um médico e de um publicitário. O contexto econômico, social, histórico e cultural é outro fator de variabilidade do conceito. Daí a necessidade de se localizar e datar os jovens dos quais, a cada momento e em cada circunstância, estamos falando (COSTA, 1996, p. 1).

Assim, temos a juventude como objeto de diferentes campos do conhecimento, períodos históricos e fenômenos sociais.

A Organização das Nações Unidas (ONU) delimita a juventude como a fase compreendida entre 15 e 24 anos, porém no Brasil, segundo a Política Nacional de Juventude, temos definida a faixa etária da juventude entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2012).

Em 2005 o governo federal instituiu a Política Nacional de Juventude (PNJ), que se destacou como um marco na agenda juvenil. Até então, a juventude era vista, no Brasil, apenas como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta. Em função do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, as políticas públicas contemplavam os brasileiros com idade até 18 anos. A partir dessa faixa etária, todos passavam a integrar o grupo de adultos, com acesso às políticas universais, sem qualquer reconhecimento às suas particularidades. Na época, o Brasil possuía 4,5 milhões de brasileiros entre 18 e 29 anos que estavam fora da escola e do mercado de trabalho e configuravam a faixa etária que dá volume aos índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio e envolvimento com drogas. Esse quadro levou o governo a instituir a Política Nacional de Juventude, com o objetivo de buscar soluções para os problemas desse público, mas também propor ações que insiram o jovem no debate da pauta nacional, permitindo-lhe assumir o papel de protagonista no processo de desenvolvimento do país. Nesse contexto, a PNJ, que está sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude, destaca-se como uma ação intersetorial, que

combina um conjunto de políticas estruturantes com programas específicos, desenvolvido por diversos ministérios (BRASIL, 2012).

Refletindo sobre um não consenso entre as diversas áreas do conhecimento e a complexidade de um panorama único para o que é o ser jovem, Abramo e Léon (2005) discorrem sobre a diversidade *das juventudes*, no plural, e a impossibilidade de uma classificação no singular. Sistematizam, embasados em Krauskopf (2003), uma divisão em quatro abordagens:

- I. **A juventude como período preparatório:** Esta abordagem considera a juventude como período de transição entre infância e idade adulta. A autora acredita que é a abordagem que mais se aproxima de uma perspectiva universalista que visa garantir os direitos humanos universalmente através do Estado, mas tem como uma de suas principais limitações a ideia de uma condição homogênea de juventude, desconsiderando as diferentes experiências de juventude em classes sociais distintas;
- II. **A juventude como etapa problemática:** Nessa perspectiva, o jovem é o protagonista da ameaça à ordem social, apresenta comportamentos de risco, enfrentamento e transgressões. Segundo a autora, esta abordagem foi predominante na proposição das ações com/para jovens no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990 e apresenta uma percepção estigmatizada da juventude-problema. Apesar de quase todos os programas e políticas para juventude terem sido pautadas nessa perspectiva, ela tem sido superada por uma terceira abordagem que tem buscado enxergar o jovem como solução.
- III. **O jovem como ator estratégico do desenvolvimento:** Na tentativa de superação da abordagem anterior, a autora traz à discussão a visão do jovem como ator estratégico do desenvolvimento, estando calcada na formação de capital humano e social para o enfrentamento da exclusão social. Avança no reconhecimento dos jovens e de suas potencialidades, incorporando-os no sentido de suas respectivas contribuições para resolução de problemas, todavia excede no

depósito de expectativas em relação às soluções, sem que as necessidades específicas deste grupo venham à tona.

IV. A juventude cidadã como sujeito de direitos: Nessa visão, a incompletude dos jovens é diminuída frente à potencialidade do ser em etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, considerados agora como sujeito de direitos. Inspirada no campo do conhecimento sobre políticas para a infância e para as mulheres, pretende superar a visão negativista sobre a juventude e se aproxima da tentativa de discutir políticas articuladas intersetorialmente e centradas na noção de cidadania. Ainda bastante recente no Brasil, esta abordagem se aproxima do entendimento mais integral, e ao mesmo tempo, com respeito às especificidades do que é ser jovem no presente século. Pretende avançar no estabelecimento de políticas universais que atendam às necessidades dos jovens, bem como às capacidades de contribuição e participação.

No que tange a discussão sobre a juventude brasileira, torna-se empobrecida a análise da juventude como uma categoria homogênea. Parte-se da premissa de que ser jovem significa responder por inserções singulares e experimentar, de forma conflituosa

a hierarquia de classes; as desigualdades sociais; a maior ou menor exposição à violência e os limites entre vida e morte; as condições de gênero, etnia, nível de escolaridade, qualidade de moradia, pertença familiar; a diversidade cultural; o acesso ou a exclusão ao consumo; a participação política, cultural, comunitária; o protagonismo juvenil (BORELLI; ROCHA; OLIVEIRA, 2008).

Partilhamos do conceito de que não há apenas uma juventude, como categoria, e sim juventudes que podem ser observadas e apreendidas nas relações dentro dos territórios de pertencimento: a cidade, o bairro, a rua, a família, a escola, a igreja e outras instituições que permitem ao jovem traçar um lugar de origem e de referência para o desdobramento de suas trajetórias de vida.

Em nenhuma parte do mundo a juventude representa um bloco homogêneo capaz de responder por um conjunto de categorias fixas (...) [Os jovens] trabalham, vão à escola, abraçam algumas causas, mas os referenciais

identitários não passam pela fábrica, pela escola, pelo partido. A identidade está em outra parte. São identidades móveis, efêmeras, mutantes, capazes de respostas ágeis e, por vezes, surpreendentemente comprometidas (REGUILLO, 1998, p. 58).

Sendo assim, no que diz respeito às questões que refletem as problemáticas da pobreza, nos apoiaremos em Castel (1994, 2009), que nos propõe elementos para a análise da *Nova Questão Social* e traz a discussão dos conceitos de vulnerabilidade social e desfiliação. O autor nos convida a enxergar o espaço social através de dois eixos: o da relação com o trabalho e o da inserção social. Ele define as zonas turbulentas do espaço social (zona de integração, zona de vulnerabilidade e zona de desfiliação) e afirma que tais zonas são porosas, podendo, portanto, haver a circulação dos sujeitos entre elas.

Para Castel (1994) a vulnerabilidade social é produzida na aliança da precariedade do trabalho com a fragilidade relacional, sendo estimulada por alguns fatores: extrema desigualdade social, migração para os grandes centros urbanos, precariedade de moradia, educação, saúde, exploração sexual, entre outros. Estar em condição de vulnerabilidade social implica em frágeis redes sociais de suporte e em estar fora, ou inserido de modo precário, no mundo do trabalho.

Como resultado desses processos, temos observado o aumento de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, vítimas da exploração do trabalho infantil, da violência doméstica (física, sexual e/ou psicológica), da violência urbana, da violência de gênero, e até algumas formas de violência mais obscuras, como a negligência (SILVA; FREITAS, 2003).

Segundo Lopes (2007) é de fundamental importância o fortalecimento das redes de suporte social, buscando-se evitar o aprofundamento de rupturas de situações nas quais a vulnerabilidade já está presente e que podem levar à desfiliação; entendendo que é preciso desenvolver estratégias e ações que promovam os direitos e a participação advindos da cidadania de grupos sociais específicos, como aqueles que apresentam índices preocupantes de vulnerabilidade social (LOPES, 2007).

Nesse sentido, a juventude pobre é a que mais se distancia das expressões mais básicas de cidadania e participação social e que apresenta uma grande desvantagem por possuir menos experiência profissional, baixos níveis de escolaridade, pouca qualificação e, por consequência, uma condição fragilizada e

precária com relação ao mundo do trabalho, reafirmando sua permanência entre as zonas de vulnerabilidade e desfiliação (LOPES; SOUZA, 2010).

Tratando-se especificamente da população juvenil feminina em situação de vulnerabilidade social, esta, em sua maioria, mantém relações de vinculação muito frágeis e grande parte ainda não trabalha no mercado formal, sendo responsável pelos afazeres do lar na ausência dos pais e/ou responsáveis, pelo cuidado de irmãos, parentes e, não raras vezes, de seus próprios filhos. Nota-se com frequência que, quando por necessidade financeira familiar, as meninas são inseridas no mercado informal em funções subalternas como babá, empregada doméstica e outras que se relacionem com os cuidados domésticos e familiares (HEILBORN, 1997).

E, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total (BEAUVOIR, 1970, p. 8).

Segundo dados do Censo (2010) a população juvenil chega a 43 milhões no Brasil e este numero corresponde a 26,8% da população. As meninas representam aproximadamente 50% e, dada sua relevância numérica, acentuamos a importância sobre o desenvolvimento de estudos acerca da especificidade deste grupo populacional.

Como menciona Simone de Beauvoir em sua obra seminal acerca da condição feminina, publicada em 1949, as diferenças entre o ser homem e o ser mulher se fazem visíveis e permanecem. Sendo assim, faz-se necessária uma breve explanação a respeito das lutas históricas das mulheres antes de discutirmos sobre a juventude feminina contemporânea.

Remetemos-nos ao final do século XIX, e as ações das primeiras ativistas do feminismo que iniciaram movimentos pelo direito das mulheres ao voto. No princípio a Nova Zelândia esteve à frente, seguida pelo Reino Unido, posteriormente pelos Estados Unidos e, no início do século XX, o movimento já havia ganhado o mundo.

A luta contra a desigualdade entre os sexos foi o próximo ponto a ser explorado e reivindicado pelo movimento feminista e, por volta dos anos 1960, as mulheres buscavam outras possibilidades além da maternidade, do lar e da família.

Nos anos 1970, a questão da violência sofrida por mulheres se tornou evidente, e as militantes feministas foram às ruas em protestos organizados por todo o mundo em reivindicações por justiça e igualdade. A luta continuou em 2000, com a criação da *Marcha Mundial das Mulheres*, em prol das questões femininas, da pobreza e da violência sexista e um abaixo-assinado com cinco mil assinaturas foi entregue à ONU. Novas marchas foram realizadas em 2004, com objetivo de evidenciar as questões a respeito dos direitos reprodutivos das mulheres, que ficaram conhecidas como *Marcha pelo direito da vida das mulheres*.

No Brasil, o movimento eclodiu através de uma paralisação das costureiras por melhores condições de trabalho no ano de 1907. Anos depois desse manifesto, a constituição de 1932 outorga o direito das mulheres ao voto, mas somente em 1975 o movimento se institucionaliza através do grupo *Movimento Feminino pela Anistia* composto prioritariamente por mulheres, mães e filhas de presos políticos da Ditadura Militar. Na década de 1980, a questão da violência doméstica ganha força dentre as reivindicações na *Carta da mulher brasileira aos constituintes*, e quase 80% das propostas desta carta foram incorporadas na Constituição de 1988. Em 2000, o Brasil, assim como outros 159 países, aderiu à *Marcha Mundial das Mulheres* e, em 2011, seguindo uma onda de protestos no mundo, a *Marcha das Vadias* foi realizada em várias capitais, a fim de problematizar as questões relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres e ao seu corpo.

Para além das marchas e protestos, houve avanços no país, no que tange à criação de políticas de proteção e combate a violência contra a mulher a partir da implantação da Secretaria de Políticas para as Mulheres²⁴, mas apesar de todas as marchas, da persistência do movimento feminista, e dos avanços na política, ainda podemos observar situações impostas à mulher relatadas por Beauvoir (1949):

²⁴ A partir de 2003, as políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres são ampliadas e passam a incluir ações integradas, como: criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. Esta ampliação é retratada em diferentes documentos e leis publicados neste período, a exemplo dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros.

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta (BEAUVOIR, 1970, p. 15).

O homem suserano protegerá materialmente a mulher vassala e se encarregará de lhe justificar a existência: com o risco econômico, ela esquiva o risco metafísico de uma liberdade que deve inventar seus fins sem auxílios. Efetivamente, ao lado da pretensão de todo indivíduo de se afirmar como sujeito, que é uma pretensão ética, há também a tentação de fugir de sua liberdade e de constituir-se em coisa. É um caminho nefasto porque passivo, alienado, perdido, e então esse indivíduo é presa de vontades estranhas, cortado de sua transcendência, frustrado de todo valor. Mas é um caminho fácil: evitam-se com ele a angústia e a tensão da existência autenticamente assumida (BEAUVOIR, 1970, p.16).

Dessa forma, nos remetemos ao início do movimento feminista, o qual pretende explicar as relações de poder e o domínio masculino sobre as mulheres. As teóricas feministas passaram a utilizar o termo *gênero* para designar o caráter social das distinções baseadas no sexo e nas diferenças sexuais. Segundo Scott (1988), *gênero* seria o conhecimento sobre esta diferença sexual, podendo tal conhecimento ser entendido como relativo, complexo, apoiado em diferentes epistemologias, práticas cotidianas, enfim, tudo aquilo que constitui as relações sociais (KOFES, 1992).

São encontradas três diferentes posições teóricas a respeito do gênero: a teoria do patriarcado, as explicações apoiadas no marxismo e as apoiadas na psicanálise (SCOTT, 1989). As teorias fundamentadas na concepção do patriarcado se apoiam nas questões relacionadas à reprodução e à sexualidade, sendo estas moedas de manipulação e poder. Já as teorias inspiradas por Karl Marx associam a dominação masculina às formas de trabalho no sistema capitalista e algumas se debruçam sobre a busca de relações na história da sexualidade, fator fundamentalmente estruturante da identidade de gênero dos sujeitos, e as estruturas econômicas e sociais em determinados períodos. E, por fim, as teorias que se apoiam na psicanálise, de Freud, postulam sobre a formulação da identidade de gênero (NICOLAU, 2011).

Nesse sentido, o debate contemporâneo relativo a gênero amplia-se para além da desnaturalização da dominação masculina e empoderamento das mulheres na construção de igualdade de direitos. Hoje, reivindica-se também o suporte jurídico e social a novas possibilidades de vivência de gênero, como é o caso dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo, da adoção de crianças por casais homossexuais e das pessoas que decidem mudar de sexo através de cirurgias (NICOLAU, 2011, p. 58).

Quando colocamos lentes sobre a juventude feminina atual, as questões que emergem não se diferenciam das colocadas pelas primeiras feministas. Alguns avanços foram alcançados, porém há muito que se caminhar ainda para a concretude do reconhecimento do fazer/ser feminino.

Segundo Salva (2008), a condição juvenil é diferentemente vivenciada por homens e mulheres, devido não só aos limites biológicos impostos a cada um, mas também às questões simbólicas, culturais. Ela complementa que a juventude feminina é diferenciada na experiência do contexto, dos valores, da etnia, religião, crença, escolarização, etc. (SALVA, 2008, p. 111).

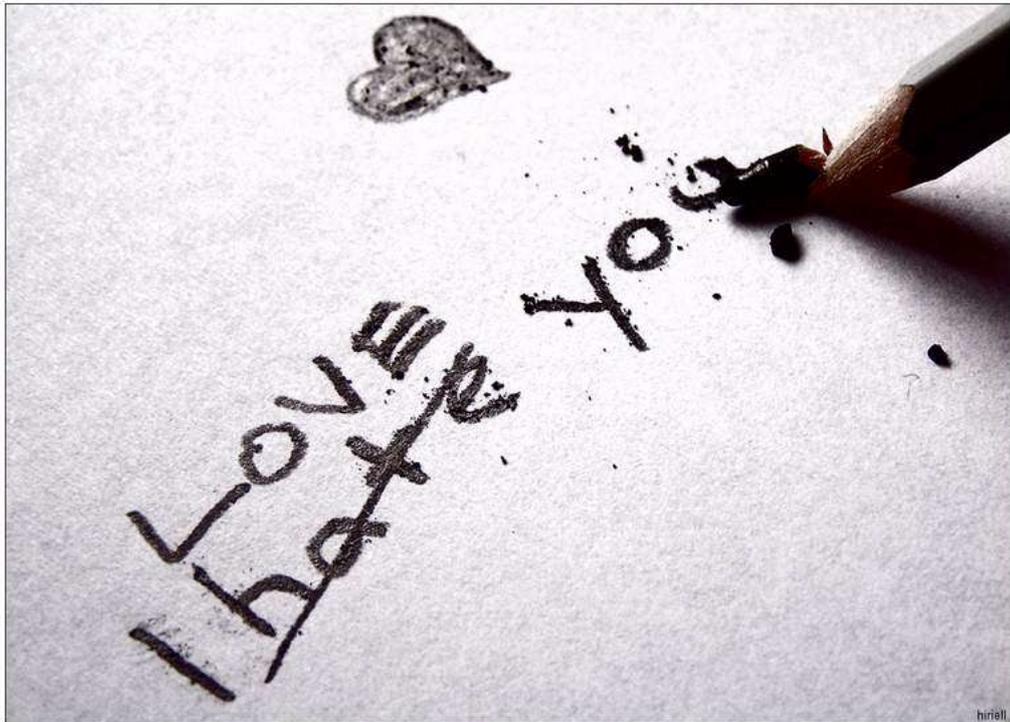
A autora ainda diferencia em sua tese dois conceitos a respeito da juventude feminina: a condição e a situação. Sobre a condição da jovem mulher contemporânea, Salva se refere ao processo natural, histórico, que parte das características que a definem enquanto mulher, genérica. A situação feminina remete às vivências cotidianas que apresentam suas características particulares, tais como: “contexto, classe, relações familiares, trabalho, acesso a bens materiais e simbólicos, sobrevivências, subjetividade, sentidos e significados que constroem sobre o mundo” (SALVA, 2008, p. 112).

No Brasil, dada a situação de vulnerabilidade a que estes(as) jovens estão expostos(as), as desigualdades sociais produzidas e as informações trazidas por diversos índices acerca da violência a que estão sujeitos(as), temos observado que as políticas sociais específicas para esse grupo populacional têm sido insuficientes, fragmentadas e/ou inadequadas (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006).

A nós, parece que falar de jovens meninos moradores da periferia urbana rapidamente remete a violência, tráfico e uso de drogas, enquanto dizer sobre as meninas parece estar vinculado diretamente ao cuidado e à função reprodutora. E quanto às potencialidades dessas garotas? E quanto aos sonhos? E o desejo de trilhar diferentes caminhos? De que forma essas meninas têm sido olhadas no que tange à construção de políticas públicas que minimizem o abismo

entre as diferenças de gênero e classe social? Com que redes e suporte social têm contado? Esperamos que os dados apresentados a seguir evidenciem tais questões e que sirvam de subsídio para a problematização de políticas públicas direcionadas a este grupo populacional.

Gisele



“Entre o bem e o mal a linha é tênue meu bem.
Entre o amor e o ódio a linha é tênue também!
Quando o desprezo a gente muito preza,
na vera o que despreza é o que se dá valor.
Falta descobrir a qual desses dois lados convém
sua tremenda energia para tanto desdém.
Ou me odeia descaradamente
ou disfarçadamente me tem amor”
(Linha Tênue - Maria Gadú)

Gísele²⁵, 17 anos, uma menina bonita e uma mulher vaidosa. Mora com a mãe, dois irmãos e seus dois filhos em uma casa pequena, de cinco cômodos no bairro Monte Carlo. Seus pais são separados há seis anos e Gísele não mantém contato com o pai. Em nossos encontros sempre demonstrou certa tristeza ao se lembrar dos inúmeros episódios de violência física e psicológica que sua mãe e seu irmão mais velho sofriam. Ela e sua irmã mais velha (apenas um ano de diferença) saíram ilesas das violências físicas do pai, porque segundo Gísele, eram bem pequenas na época.

O pai é etilista há anos e sempre teve dificuldades de se manter em um emprego, não trabalhava e vivia de doações. Foi sempre a mãe que proporcionou o sustento da casa, trabalhando como funcionária do setor de limpeza no Centro de Especialidades Médicas de São Carlos (CEME) e, aos finais de semana, como faxineira. Sempre foi a provedora de todas as coisas, era independente do marido, mas, segundo Gísele, sustentava esta relação por dó, medo ou simplesmente para que a família e a comunidade não falassem sobre sua vida. E além das tarefas nos empregos, a mãe de Gísele era obrigada a manter os afazeres domésticos em dia. A comida, o banho das crianças e o cuidado com as roupas eram motivos de cobrança e brigas com o pai.

Gísele dizia que sua mãe e seu irmão chegavam a apanhar todos os dias, e quando as violências físicas se intensificaram contra o irmão de Gísele, a mãe decidiu se separar. Foi um processo dolorido para toda a família, saíram fugidos, sem ter lugar para ficar. Encontraram abrigo na casa dos avós maternos de Gísele. Dois idosos, com muitas dificuldades financeiras e da vida, mas com carinho e amor de sobra. Cuidaram de Gísele e de seus irmãos como se fossem seus filhos, mas o espaço que já era pequeno para dois se tornou minúsculo para seis. Assim, a mãe de Gísele partiu em busca de algum lugar próximo à casa dos pais para que ela pudesse morar com seus filhos. Apesar da casa onde o pai de Gísele ter ficado (sozinho) ser de sua propriedade ela alugou uma de apenas quatro cômodos, no mesmo bairro. Gísele alternava os sentimentos de felicidade e tristeza ao narrar esse período relatando a experiência violenta e o acolhimento dos avós.

Conheci Gísele por intermédio de minha relação com um garoto chamado Elton. Acompanhei Elton e seu irmão durante as atividades do Projeto Metuía/Núcleo

²⁵ Todos os nomes próprios dos personagens citados são fictícios. Esta opção de inserir nomes fictícios entra como um dos princípios éticos da pesquisa que busca zelar pela integridade dos participantes. As alterações dos nomes não interferem na argumentação desta dissertação.

UFSCar que aconteciam na Escola Estadual Dona Aracy Leite Pereira Lopes e nas atividades que realizávamos pelo bairro. Elton sempre demonstrou certa reserva quando nos aproximávamos, diferentemente do seu irmão, Guilherme. Sabíamos que os dois, desde cedo, estavam envolvidos com o comércio ilegal de drogas e que Elton, após a mudança da mãe para um outro bairro, transformou sua casa em um ponto de venda. Aproximei-me mais dele quando eu e Patrícia Borba, pesquisadora e na época coordenadora da equipe de intervenção do Metuía/UFSCar, fomos à casa dele a fim de realizar uma entrevista para a pesquisa de Doutorado que ela então também realizava²⁶. Durante a entrevista, Elton me apresentou sua namorada, Gísele. Ela estava com um bebê bem pequeno, um menino, e achava graça em algumas respostas de Elton. Enquanto Patrícia aprofundava a conversa com ele, me dediquei a estabelecer um contato com Gísele, explicando sobre minha pesquisa; perguntei se ela poderia colaborar e rapidamente ela respondeu que sim. Marcamos o primeiro encontro em sua casa, na manhã seguinte.

Mesmo tendo conhecido Gísele na casa de Elton, achei que seria importante para minha relação com ele, e com outros garotos da comunidade, explicar o que eu faria nos encontros na casa de sua namorada. Elton me recebeu novamente em sua casa, e pude conversar um pouco sobre a relação dos dois. Em nossa rápida conversa ele contou como a conheceu, sobre os dois filhos, e um pouco sobre a relação conflituosa com a família dela, meio sem detalhes, como parece ser próprio dos relatos masculinos que colhi durante o tempo que estive em atividades no território.

Saindo da casa de Elton, parti para meu primeiro encontro a sós com Gísele, que me recebeu sorridente em sua casa. Estava com o bebê, e nos sentamos na pequena e improvisada sala de televisão. Diferentemente dos meninos, as meninas me recebiam com intensidade, desejo de falar, de expressar o que pensavam e contar as situações que viviam, e foi assim que Gísele começou seus relatos...

Aos 14 anos conheceu Elton. Moravam em bairros bem próximos, separados por uma rua, porém havia uma divisão histórica e econômica entre eles. Gísele morava com os filhos, a mãe e os irmãos na parte alta daquele território, no bairro Monte Carlo,

²⁶ Tese de Doutorado da Prof^a Patrícia Leme de O. Borba - Juventude marcada: relações entre a Escola Pública e o ato infracional em São Carlos – SP, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

considerado mais estruturado no que tange à organização de bens materiais e de consumo e Elton morava numa das principais ruas do Jardim Gonzaga estigmatizado pelos altos índices de pobreza e pelo comércio ilegal de drogas.

Eles se conheceram na porta da escola de Gísele, ele e outros meninos do Jardim Gonzaga têm o hábito de ir todos os dias para a porta de algumas escolas a fim de paquerar. Ela, sempre dedicada aos estudos, ia às aulas e combinava que se encontrariam somente na saída. Depois de algumas semanas de conversa iniciaram um namoro às escondidas, uma vez que a mãe dela sempre foi contra a relação.

Por algumas vezes Gísele lembrava o início do namoro com carinho, contando como ele era carinhoso, atencioso, que tinha deixado os amigos mais de lado para ficarem mais tempo juntos, mas que percebia muitas mudanças no comportamento dele no decorrer do tempo.

Gísele desde o começo sabia sobre o envolvimento de Elton com o comércio ilegal de drogas, mas o fato de ele não ser usuário era fator atenuante na decisão de estar com ele. Ele tinha 16 anos quando começou a namorar com ela e, logo nos primeiros meses de namoro, ela engravidou de sua primeira filha. A reação de todos foi negativa, tanto da família de Gísele, quanto da família de Elton, afinal, eram um casal recente e ambos muito jovens. Elton assumiu a filha, oficialmente, mas decidiram não morar juntos. Gísele começou a revezar os períodos do dia entre a casa da mãe e a casa do namorado/marido/companheiro/pai de sua filha. Durante o dia ficava com ele, na casa dele, observando o comércio, os contatos, a presença dos outros meninos envolvidos na venda, os planos e ações dele, e a noite ia pra casa de sua mãe, já que Elton saía pra *responsa*²⁷, e ela não se sentia segura naquele ambiente. Fez isso durante toda sua gravidez e também depois do nascimento de sua filha.

No decorrer dos dois primeiros anos de relacionamento Elton começou a demonstrar muito ciúme e agressividade. Algumas das cenas que Gísele compartilhou comigo eram de extrema violência física e psicológica.

Ele é assim. Quem vê pensa que ele não é, mas ele é assim. Ele é igual meu pai, igual meu pai. Igual, nossa, não gosta de trabalhar, gosta de bater em

²⁷ Nome dado pelos jovens ao “trabalho” seja ele formal ou informal.

mulher e não gosta de sustentar o filho, ele é igual, ele é igual meu pai, só é diferente porque ele não bebe, mas de resto ele é igual (GISELE, p. 6).

Não deixava que Gísele colocasse a filha na creche e não deixava que ela trabalhasse. Além disso, por motivos relativos ao início da gravidez e depois, devido ao cuidado com a filha após o nascimento e ao ciúme de Elton, ela também parou de estudar. Sempre foi uma aluna de notas medianas, mas presente. Parou na sétima série, na metade do período gestacional. Tinha planos de voltar a estudar, mas a vida acabou tomando outros rumos...

Quando parou de amamentar sua filha, por volta do primeiro ano da criança, Gísele ainda não tinha voltado a menstruar regularmente, e continuava a ter relações com Elton, porém não usavam nenhum método contraceptivo. Engravidou do segundo filho, mas só descobriu que estava grávida quando começou a sentir o bebê mexendo em sua barriga. Como a primeira filha ainda estava com um ano e poucos meses, e já havia sido um choque para a família, Gísele sentiu medo de contar, e acabou falando somente para Elton. Não fizeram nenhum acompanhamento pré-natal, ela disfarçava a barriga usando roupas largas.

Um dia, Gísele estava na casa de sua mãe e começou a sentir muitas dores. Como não tinha contado para ninguém, dizia que estava com dor de estômago. As dores foram se intensificando, ela ligou para Elton e pediu que ele a levasse ao hospital. Ele foi até a casa da mãe de Gísele e disse que ela estava grávida e iria levá-la ao hospital, porque estava perdendo seu filho. A mãe de Gísele não se surpreendeu, disse que já sabia, mas esperava que a filha tivesse coragem para assumir seu erro. Enfim, Elton levou Gísele para o hospital. Deixou-a sozinha, não viu seu filho nascer. A equipe médica questionava a menina sobre o porquê de não ter feito o pré-natal, falavam dos riscos que ela e o bebê corriam e, no fim, tiveram que fazer um parto por fórceps. Gísele relatava com lágrimas nos olhos, que foi um doloroso lindo momento. Diz que pedía remédio para dor e as enfermeiras diziam que se ela teve coragem para fazer, agora tinha que aguentar.

Quando a comunidade ficou sabendo do nascimento da criança, se mobilizaram para montar um enxoval às pressas. Rapidamente as doações iam chegando: roupinhas, berço, fraldas etc., mas Elton não participou do nascimento e nem do cuidado pós-parto mais uma vez.

E mesmo após o nascimento do segundo filho, as brigas e as traições foram aumentando. Em uma das discussões, ele chegou a invadir a casa da mãe de Gisele e ameaçá-la com faca; em outra, em sua casa, ameaçou com arma.

Mesmo tendo sido vítima de uma série de violências e enfrentado uma situação bastante delicada no parto da primeira filha, Gisele mantinha um discurso sobre o qual Simone de Beauvoir (1949) já nos alertava: a questão da serventia do *segundo sexo* enquanto corpo reprodutor e o dever da felicidade nessa *função*.

Após alguns dos episódios de violência física e psicológica, quando a mãe dela teve que sair do trabalho, pois Elton ameaçava sua filha na porta de sua casa, Gisele chegou a fazer um boletim de ocorrência contra Elton na Delegacia da Mulher de São Carlos, mas não conseguiu dar seguimento aos trâmites legais.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, criada em 2003, tem por objetivos gerais enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno. Seus objetivos específicos são:

- 1) reduzir os índices de violência contra as mulheres;
- 2) promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero e de valorização da paz;
- 3) garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões raciais, étnicas, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional; e
- 4) proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado e qualificado nos serviços especializados e na Rede de Atendimento.

Em São Carlos, a população pode contar com a Divisão de Políticas para Mulheres desde 2001 e, segundo a responsável, já foram atendidas mais de 1.400 mulheres em situação de violência (SÃO CARLOS, 2012). Realizam atendimento psicossocial, formação de agentes públicos, fornecendo também materiais para pesquisa e informações, espaço para reuniões, organização e articulação de mulheres. Através do Centro de Referência da Mulher são preconizadas as ações de prevenção, enfrentamento e combate, assistência e garantia dos direitos.

A tipificação da violência doméstica e familiar contra as mulheres através da criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) é um avanço, no que diz respeito ao cuidado e real enfrentamento do problema. Anteriormente à criação desta lei, os crimes eram julgados pelos Juizados Especiais Criminais e assemelhados aos crimes de menor potencial ofensivo. A partir da nova legislação foram estabelecidas a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as Defensorias Públicas da Mulher, a abertura de inquérito policial composto por depoimentos da vítima, do agressor e de provas documentais, a prisão em flagrante do agressor, a prisão preventiva do agressor, as medidas protetivas de urgência, a inclusão de mulheres em programas oficiais de assistência social e o atendimento em situação de violência por serviços articulados em rede (saúde, segurança, justiça, assistência social, educação, habitação e cultura).

Infelizmente há que se caminhar muito para que o acesso aos direitos seja garantia *sine qua non* a todos. Gisele, apesar de sofrer inúmeras agressões físicas, verbais e psicológicas, não conseguiu dar continuidade ao enfrentamento com seu agressor.

... aí no outro dia eu e minha mãe fomos na Maria da Penha, demos a parte dele, no outro dia a mulher ligou falando que ele tinha que comparecer lá e ele falou que não ia, chegou um papelzinho na casa dele com o dia da audiência, ele não foi, eu também não fui (GISELE, p. 24).

Ele não permitia que ela trabalhasse, que colocasse as crianças na creche, não a deixava voltar a estudar nem a sair com as amigas. Gisele tinha que viver dentro de casa, e para as crianças, mesmo sem a presença física do *companheiro*; limitava-se a isso porque lhe era imposto, uma imposição desvelada e naturalizada.

No decorrer dos nossos encontros e conversas, Gisele se colocava bastante e relatava a fase de muitas brigas. Na última à qual tive acesso, Elton a agrediu com socos na cabeça, chutes nas pernas e ela, com o bebê no colo, sem poder se defender. Gisele contava que tinha muita vontade de trabalhar, porque quando precisava de dinheiro para os filhos tinha sempre que recorrer à mãe, já que Elton, mesmo ganhando seu dinheiro com o comércio ilegal de drogas, não pagava pensão alimentícia e não ajudava com as pequenas coisas do dia a dia das crianças.

Gisele conversava bastante, expunha seus sentimentos, seus sonhos, suas vontades, mas tinha medo de posicionar-se. Depois da agressão, e de mais uma vez

descobrir que ele estava saindo com outras mulheres, decidiu colocar o filho mais novo na creche para poder procurar um emprego e iniciar um processo de mudança em sua vida:

Ixi, tem hora que eu tô decidida que não quero mais ele, decidida, mas não sei, deve ser alguma macumba, não é possível. Sabe aquela pessoa que está decidida? Eu sou assim, fico decidida, só que depois eu não sei, acontece alguma coisa que ele vem do nada, sabe, já muda minha vida de novo, sabe. Sei lá, mas eu gosto dele, o que acontece é que a gente briga muito, eu não gosto de ter mais relação com ele, mas eu gosto dele, só que não vai pra frente, só fica nessa. É, eu não tenho tesão por ele, não é amor, não é possível, não é amor. Acho que eu nem sei mais o que é amar outra pessoa, eu amo meus filhos, sei lá, acho que é amor de pai dos meus filhos, acho que é assim sabe, sei lá... (GISELE, p. 15).

Sua decisão final aconteceu depois de muitas conversas, depois de pesar quais seriam as consequências dessa atitude, o que na verdade ela perderia e o que poderia ganhar. O medo de ser retaliada de alguma forma por Elton era bem grande. A primeira tentativa foi frustrada, pois a creche onde a filha mais velha já estava meio período do dia disse que não havia vagas, e que não poderia matricular o menino se ela não estivesse trabalhando.

Mais uma vez, as lutas das primeiras feministas vinham à tona. O direito à creche estava sendo negado à Gisele. E a sensibilidade que era esperada desses profissionais se esvai nessas horas de proximidade com as dificuldades das adolescentes. Gisele não tinha emprego porque tinha que cuidar dos filhos, e por ter que cuidar dos filhos não conseguia emprego.

Para além da luta das feministas sobre o direito das mães trabalhadoras terem acesso à creche, o direito das crianças à educação infantil também estava sendo violado. No Brasil, os índices de desigualdade no acesso a este período escolar são altos. Apenas 18,4% das crianças brasileiras de 0 a 3 anos e 81,3% das crianças de 4 a 6 anos têm acesso à educação infantil. No entanto, recortes de renda, campo e cidade e regiões do Brasil revelam o quanto essa média esconde desigualdades:

- 20,2% das crianças de 0 a 3 anos que moram na zona urbana frequentam a creche, mas a taxa cai para 8,8% na zona rural. Entre as famílias mais pobres, apenas 11,8% das crianças são atendidas em creches. Já entre as famílias mais ricas, a taxa sobe para 34,9%.

- Enquanto na região Sul 24,1% das crianças de 0 a 3 anos frequentam a creche, na região Norte este índice cai para 8,2%.
- 19,9% das crianças brancas nesta faixa etária têm acesso à creche; entre as crianças negras, o acesso cai para 16,6%.
- Entre as crianças de 4 a 6 anos da camada mais rica, 93,6% estão na pré-escola; a taxa cai para 75,2% na camada mais pobre.
- 83,1% das crianças de 4 a 6 anos da zona urbana frequentam a escola; na zona rural a taxa cai para 73,1% (PNAD, 2009).

Como parte dos acompanhamentos para a coleta de dados e dos pressupostos da terapia ocupacional social, fomos conversando sobre sua assunção sobre suas escolhas e projetos frente às dificuldades que teria que superar para que este ciclo pudesse ser quebrado. No seu tempo, Gísele decidiu ir novamente à creche, e fomos juntas. Através da minha intermediação entre ela e a coordenadora, ela pode explicar a complexidade de sua situação, e dessa vez sendo sensível à demanda trazida, houve uma reavaliação do caso por parte da coordenadora, que ofereceu a vaga em período integral para os dois filhos de Gísele.

O primeiro passo estava dado, Gísele desejava muito trabalhar, estudar, conquistar sua independência. Começamos com a produção do seu currículo e já neste momento percebi que a situação escolar era fugidia. Ela não lembrava se tinha terminado a sétima série ou se tinha reprovado. Marcamos então uma reunião na escola, para saber em qual série Gísele tinha parado e se poderia voltar no período noturno e matricular-se na EJA²⁸.

Participei de projetos de extensão e depois como estagiária nesta escola estadual onde Gísele estudou. Uma parceria com a equipe da direção e coordenação foi estabelecida no decorrer desses anos pelo Metuía/UFSCar e, rapidamente, elas nos atenderam. Foram atenciosas, carinhosas e incentivadoras para que ela voltasse a estudar. Descobrimos então que Gísele teria que fazer a sétima série novamente, e que só poderia se matricular no semestre seguinte.

Mesmo com essas notícias, ela ainda permanecia com seus propósitos. Não queria mais manter o relacionamento com Elton, queria sua independência. Começamos a

²⁸ Educação de Jovens e Adultos

distribuição de cópias de seu currículo pela cidade de São Carlos, mas a baixa escolaridade e o fato de ter 17 anos e já com dois filhos era um fator que impedia a contratação de Gísele. A frustração começou a ocupar o lugar da motivação. Mesmo sendo época de contratações temporárias, Gísele não era chamada nem para as entrevistas.

Concomitantemente a este momento crítico do acompanhamento e da mobilização por mudanças, seus dois filhos adoeceram. A menina teve dengue e o menino, pneumonia. Gísele teve que afastá-los da creche e chegou a ficar com o pequeno no hospital. O gasto com remédios foi além do que sua mãe conseguia pagar, e mesmo pedindo, ligando e explicando a situação para Elton, ele não contribuía.

Em nossos encontros Gísele se questionava como tinha se relacionado com aquele homem, dizia coisas pesadas, e chegou a proibir as visitas, por mais que elas não acontecessem desde o rompimento da relação. Indignava-se pelo comportamento dele, pela imaturidade e pelo distanciamento dos filhos.

Durante os quase três meses de “separação” Elton fazia tentativas de reaproximação. Ligava diversas vezes, durante todo o dia, e não dizia uma só palavra. Colocava músicas ao telefone, mensagens nas redes sociais e declarações através do programa de mensagens instantâneas.

Gísele, por sua vez, começou a retomar as amizades, e enquanto os filhos estavam na creche, ficava com as amigas, sentadas na frente das casas. Esta sempre foi uma cena bastante comum nas periferias de São Carlos e que muito me intrigava: as meninas, sempre sentadas às portas das casas, com os filhos ou cuidando de um sobrinho, um vizinho, um amigo; passavam horas nesse ritual diário, conversando, ouvindo música, trocando informações sobre o cotidiano da comunidade, enfim no ócio, vendo a vida passar a cada dia, sem perspectivas e desejo de mudanças.

Nesses encontros e conversas cheguei a conhecer algumas amigas dela, algumas com traços de vida muito parecidos, alguns muito distintos, mas todos eles limitando-se ao contorno daquele território, a rituais ociosos e relacionados à responsabilidade do cuidado de crianças, idosos ou de qualquer outro sujeito que necessitasse.

Num desses dias, Gísele encontrou um amigo na rua, próximo à casa de Elton, e ficaram conversando por algum tempo. A rede de comunicação da comunidade é

bastante rápida e em poucos minutos Elton ficou sabendo. Enlouquecido de ciúmes, perseguiu os dois e começou a agredir o amigo de Gisele e a própria Gisele no meio da rua. Ninguém chegou para separar a briga, quase como se fosse uma afronta, um desrespeito intervir naquele ato de violência, afinal, ele se tornou uma figura respeitada no bairro e estava lidando com sua mulher.

Logo após, marcamos de conversar em sua casa. Gisele tinha me ligado chorando, e naquele dia estava decidida a entrar com pedido de pensão alimentícia, denunciá-lo na Delegacia da Mulher e “nunca mais” se relacionar com Elton. Contou sobre a violência verbal, a vergonha, a agressão física, e a raiva. Tudo aconteceu simplesmente por estar conversando com um amigo na rua enquanto voltava para pegar seus filhos na creche.

Conversamos bastante, e decidimos que procuraríamos a partir daquele momento investir na construção de uma rede de suporte social protetiva, que a fortalecesse para o enfrentamento desta situação de violência e para o exercício do respeito, bem como o pleno acesso aos seus direitos enquanto cidadã.

Gisele continuou em busca de trabalho, mas enquanto não era chamada para nenhuma entrevista saiu atrás de novas possibilidades de ampliação de sua rede de suporte. Matriculou-se no programa do Ministério do Desenvolvimento Social Projovem urbano e estava terminando o Ensino Fundamental. Junto com estas mudanças e com o planejamento de seu futuro, a possibilidade da abertura do processo contra Elton na Delegacia da Mulher e o acompanhamento pelo Centro de Referência da Mulher da Secretaria de Cidadania e Assistência Social de São Carlos foram ficando para trás.

Gisele estava realizada, mas se sentia sozinha, muito responsável pela criação de seus filhos. Ao mesmo tempo, Elton começou a se aproximar e a visitar as crianças. Mostrava-se diferente e arrependido do que havia feito. Inúmeros pedidos de desculpa sensibilizaram aquela jovem mulher, que por sua vez decidiu apostar na mudança de Elton, e reatar o relacionamento.

E assim vai, aí ele começa né, aí papo vai papo vem, aí ele começa me abraçar, aí naquele dia, ele estava na “Larga”²⁹... Aquele dia ele estava

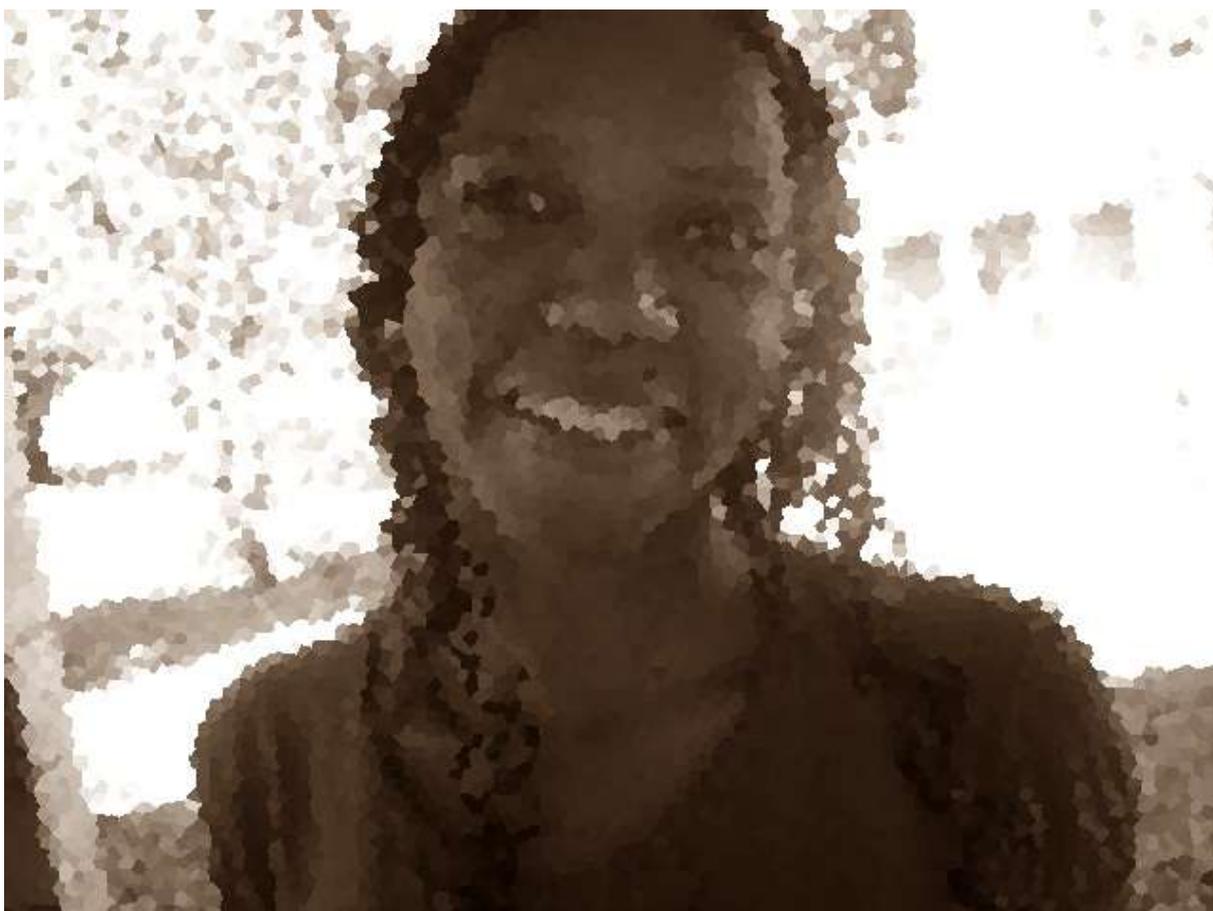
²⁹ Aqui, Gisele faz referência a “Rua Larga”. É uma rua que liga o Centro da cidade aos bairros mais periféricos, onde os jovens se encontram aos domingos.

bebendo uísque porque diz ele que estava sofrendo muito, por causa da separação nossa, que eu não queria mais ele, e naquele dia eu não queria mais ele mesmo, já fazia uns dois meses que a gente estava largado. Dá pra fazer uma lista do que ele promete e não cumpre nenhum, “tá bom, vou te dar a última chance” eu sempre falo isso que é a última chance, mas nunca é a última, “me dá mais uma chance que você vai ver, não vai se arrepender”, “então tá bom”, conversamos tudo e viemos embora e aí nisso a gente tinha que ficar escondido porque minha mãe não queria mais (GISELE, p. 26).

Mais uma vez o *ciclo* se reiniciava. Gisele tem faltado aos estudos, as crianças têm faltado à creche, ela se afastou novamente das amigas e dos programas que faziam juntas, tem ficado na casa de Elton durante o dia e à noite volta para a casa de sua mãe. Quando retomamos este cotidiano a fim de refletir sobre esse processo, suas perdas e conquistas, Gisele verbalizou: “Ruim com ele, pior sem ele, né dona?!”

Só que eu não me arrependo de ter meus filhos sabe, é que é difícil, né. Porque mesmo eu estando com ele, eu estou sozinha, estou com ele, mas continuo sozinha, mas fazer o que, estamos aí. (GISELE, p. 27).

Patrícia



Patrícia, menina doce e dedicada, mulher sonhadora. Filha de pais separados, Patrícia nasceu e foi criada no Jardim Gonzaga junto com seus oito irmãos, três deles apenas por parte de pai. Mora com a mãe, dois irmãos mais novos, duas irmãs mais velhas e um sobrinho, filho de uma das irmãs. Sua casa é uma típica moradia das periferias urbanas: um quarto para todos dormirem, uma sala, a cozinha e um banheiro. Tudo sempre arrumadinho, limpo e organizado, tarefa esta apenas das meninas. Os meninos têm a vida mais solta, sem obrigações dentro e fora de casa, fato este que mobilizava e deixava Patrícia bastante irritada.

Cresceu nesta casa, em um local central do Jd. Gonzaga. Na rua em que mora, existem muitas bocas³⁰, e todos os donos das bocas cresceram com ela. Por este motivo, Patrícia circula pela rua livremente, tem respeito pelos meninos (jovens envolvidos, ou não, com o comércio ilegal de drogas), e é respeitada. É a amiga, confidente, conselheira, sempre esteve presente na vida desses garotos, e por esta razão é protegida e, por muitas vezes, cerceada.

Conheci Patrícia logo nos primeiros anos da minha participação na equipe do Metuía/UFSCar nas atividades que fazíamos na escola estadual em que ela estudava. Patrícia tinha gosto pelo estudo, gostava de matemática e se destacava nesta matéria. Sempre foi uma jovem sorridente, participativa e carinhosa. Durante os anos da minha graduação e depois, como terapeuta ocupacional, pude acompanhar Patrícia em seu desenvolvimento, amadurecimento, conquistas, desistências e decepções.

No momento da pesquisa, Patrícia já tinha terminado o ensino médio, e estava trabalhando em uma empresa de fastfood da cidade. Começou a trabalhar nesta empresa logo após sua formatura. Não pôde escolher prestar o vestibular, pois era consenso na família que “esse negócio de estudar não dá em nada. Tem que ir trabalhar e pronto!” Patrícia teve suas expectativas frustradas, tinha o sonho de cursar Engenharia de Produção. Diferenciava-se das suas amigas e das outras meninas da comunidade, que sonham em ter filhos e casar. Sem ter como argumentar com a família, Patrícia desistiu temporariamente de perseguir o seu sonho.

³⁰Nome dado ao local de venda de drogas.

Para além da argumentação familiar, Patrícia não encontrou meios nem incentivo no sistema público educacional. A escola na qual ela finalizou seus estudos é caracterizada fortemente pela inabilidade dos educadores no que tange especificamente ao manejo com esta população, pelo comércio ilegal de drogas e os altos índices de evasão escolar. Na contramão desses índices, Patrícia terminou o ensino médio, mas foi impossibilitada de persistir no sonho do ingresso em uma universidade.

Depois de um ano trabalhando na empresa de *fastfood*, de segunda a segunda, em ritmo alucinante, Patrícia começou a pensar novamente em voltar a estudar. Na época, o Projeto Metuía realizava uma Oficina de Atividades, no Centro da Juventude Elaine Viviani, denominada *Espaço do Estudante* e tinha como proposta dinamizar o aprendizado, por meio de atividades lúdicas, proporcionando auxílio na compreensão de temáticas e disciplinas. Os jovens frequentavam o espaço no período inverso ao escolar e traziam diferentes demandas.

Patrícia, ou Pat, como costumava chamá-la, começou a frequentar as Oficinas e demonstrar interesse em retomar os estudos, a fim de prestar o vestibular. Organizamos nossa equipe em grupo de estudos e fizemos um cronograma com exercícios e teorias. Pat estava radiante, levava livros para casa, fazia os exercícios, trazia dúvidas, e durante quase todo o semestre estas cenas se repetiram. Chegou o momento das inscrições para o vestibular e Pat nos procurou, dizendo que não teria dinheiro para poder pagar a inscrição, que não conseguiria tirar de seu salário, pois a família não sabia de seus esforços, e não poderia comprometer a renda, já que era a única que estava trabalhando remuneradamente em sua casa.

Em conjunto com Pat, iniciamos uma *batalha* para conseguir a isenção da taxa de inscrição, mas a quantidade de dados, de documentos e de comprovantes³¹ era tarefa impossível para ser realizada, mesmo contando com a ajuda de toda a equipe do Metuía/UFSCar. Devido à falta de documentação, o pedido foi negado, e partimos então para articulações com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de São Carlos

³¹ A título de exemplificação, Patrícia morava numa comunidade que foi originada a partir de ocupações ilegais terra e, por conseguinte, não tinha comprovantes legais de endereço (tais como luz e água), fato que inviabilizou o pedido de isenção da taxa de inscrição.

(CMDCA), que prontamente nos ouviu, mas burocratizou o acesso a esta verba, e como tínhamos um prazo para conseguir, buscamos outra solução. O valor foi rateado entre toda equipe do Metuia/UFSCar e o custo da viagem para que Pat fizesse a prova também.

Analisando criticamente hoje, percebemos a antecipação da equipe do Metuia/UFSCar no fortalecimento de Pat para o enfrentamento do fracasso. Estava claro que mesmo com esforço e dedicação, o nível exigido para o vestibular no curso de Engenharia era extremamente alto, e era fato que Pat não tinha o devido preparo desde a conclusão do ensino médio.

Este é um ponto no qual nos debruçamos nessa história, pois a promessa de um futuro diferenciado frente à entrada na faculdade e todo o *status* que esse episódio acompanharia, estavam fadados ao fracasso, pois Pat havia se dedicado, mas isso ainda era insuficiente.

A insuficiência aqui colocada nos leva à crítica do Plano Nacional de Educação Brasileira, no que tange não só ao conteúdo, mas também ao preparo dos jovens. Segundo Silva (2012), os documentos legais brasileiros relacionados à educação direcionam a função do ensino médio como preparatório para o mundo do trabalho e indicam que a formação deve caminhar para a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar diferentes tecnologias relativas à área de atuação. Abordam também a necessidade da oferta de alternativas de educação e preparação profissional para facilitar as escolhas de trabalho dos jovens.

O Plano Nacional de Educação PNE 2011-2020 propõe que o ensino médio tenha função preparatória para as questões da contemporaneidade. Porém, o que temos visto na prática é que tais ações se distanciam cada vez mais da concretude, uma vez que o acesso e a permanência na escola têm se mostrado fortemente difícil para os jovens de classes sociais desfavorecidas.

É então na entrada do ensino superior que as defasagens e o atraso histórico escolar se colocam, por meio das desigualdades socioeconômicas e do afunilamento no processo seletivo. A *exclusão* nesse nível escolar retrata as consequências do ensino público brasileiro.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2007), temos os seguintes índices, os quais denotam números bastante baixos da entrada no ensino superior por faixa etária. É importante colocar que a questão socioeconômica

não está evidenciada nesta tabela abaixo, portanto, se pensarmos no quão difícil é para os ingressantes das classes mais desprovidas acessarem o ensino superior, os números retratam uma realidade que não os inclui.

Tabela 2: Situação Educacional dos Jovens por Faixa Etária - 2007 (%)

	Faixa etária		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Analfabetos	1,6	2,4	4,4
Frequentam o ensino fundamental ¹	32,5	4,3	1,8
Frequentam o ensino médio ²	48,5	13,0	2,8
Frequentam o ensino superior ³	0,6	13,2	7,5
Frequentam a alfabetização de jovens e adultos	0,1	0,1	0,2
Estão fora da escola	16,6	65,7	82,5
Ensino fundamental incompleto	10,2	17,7	24,2
Ensino fundamental completo	2,2	6,4	7,8
Ensino médio incompleto	1,5	7,0	5,7
Ensino médio completo	1,6	29,5	31,7
Ensino superior incompleto	–	1,1	1,7
Ensino superior completo ³	–	2,3	9,4
População jovem – valor absoluto	10.262.468	23.845.483	16.158.113

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea.

Notas: ¹ Ensino regular ou EJA.

² Ensino regular, EJA ou pré-vestibular.

³ Inclusive mestrado ou doutorado.

Certos de estarmos no caminho do incentivo e do empoderamento, a equipe do Metuía/UFSCar estimulou Pat a ir sozinha a uma cidade próxima ao município de Bauru para fazer a prova, mas seu retorno foi carregado de decepções antecipadas. Dizia que o português era o que atrapalhava sua vida e, infelizmente, Pat não passou. A frustração e o desânimo tomaram conta dela, e Pat não falou mais sobre o sonho de fazer faculdade.

Em nossas conversas, tentei apresentar outras possibilidades, como cursos técnicos, mas Pat assimilou os conceitos e falas de sua família, e passou a dizer que “talvez aquilo não fosse pra ela, que seu futuro estava fadado a esta condição”. Durante o segundo ano de trabalho na empresa de fastfood, Pat obteve uma promoção, passou de atendente para caixa, mas o salário permanecia baixo e as condições de trabalho péssimas. Tinha direito a uma folga por mês e trabalhava trinta horas semanais, de segunda a segunda. Estava cansada, não queria mais trabalhar naquele local. O nível de cobrança pelo cargo que estava ocupando, que era alto demais, e o estresse do dia a dia fizeram com que Pat pedisse demissão. Mesmo após dois anos de dedicação, não foi lhe oferecida nenhuma proposta para que permanecesse no cargo e rapidamente ela foi substituída.

Por quase dois anos somente Pat trabalhou em sua casa. Sentia-se responsável pelo sustento do lar. O pai só dava pensão referente aos dois irmãos mais novos e, mesmo assim, era um dinheiro com o qual não podiam contar, pois não era frequente. A mãe estava afastada por doença e tinha aberto um pedido de aposentadoria por invalidez no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); as outras irmãs não contribuíam com a renda familiar. O fato de ter pedido demissão foi motivo de conflitos, porque para a família, Pat não poderia ter tomado essa decisão. Sua vontade, seus desejos, suas questões, dúvidas e problemas não eram respeitados, não existia individualidade, e todos os problemas familiares caíam sobre seus ombros – Pat havia se tornado a provedora do lar.

Por algumas vezes ela me ligou chorando, dizendo não querer mais morar com a família, dizendo que estava cansada de não ser vista, de não ser ouvida, de ser usada. Quando eu perguntava sobre suas redes de suporte, Pat sinalizava que conhecia muita gente, mas não tinha amigos(as). Namorava, mas mesmo assim sentia-se sozinha, e quando mais precisava, recorria às “donas”³².

Sobre o namoro, Pat contava que eram amigos de infância, que tinham crescido juntos, na mesma rua, e que um dia ele se declarou. Dizia que não gostava tanto dele quanto ele gostava dela “e que só estava namorando porque todas as amigas também estavam”.

O namorado se mostrava bastante ciumento. “Tentou” proibi-la de participar das Oficinas no Centro da Juventude Elaine Viviani, de sair com as amigas e principalmente de ficar conversando, brincando, passando as tardes com os meninos donos das bocas, mas Pat não aceitava os mandes e desmandes. Mentia, fugia, não atendia o celular e articulava com as amigas para inventar as histórias de onde, como e a que horas estaria em determinado lugar. O namoro acabou não durando muito tempo, Pat cansou e terminou a relação.

Ao final dos encontros realizados para o levantamento dos traços de vida dela, Pat conseguiu outro emprego. Estava trabalhando numa grande rede de lojas de departamento. Feliz e mais tranquila, trabalhando menos... mas o sonho de cursar a faculdade acabou se esvaindo por entre as impossibilidades de conciliação dos tempos da

³² Referia-se à equipe do Metuia/UFSCar.

vida, as decepções e a falta de acesso a um ensino de qualidade que pudesse proporcionar sua entrada em uma universidade.

Após o período no qual me dediquei à coleta dos dados, e enquanto me debruçava na escrita da dissertação, solicitei à equipe do Metuía/UFSCar que desse continuidade ao acompanhamento dessa jovem. Pat pediu através de uma das participantes da equipe, que eu entrasse em contato, pois ela tinha novidades. Imediatamente entrei em contato com ela, que me contou sobre sua gravidez de oito meses de um menino, Guilherme. Menos de um mês após o término do namoro, ela começou a se envolver com outro rapaz, também colega de sua infância, e acabou engravidando no primeiro mês do relacionamento. Estavam procurando uma casa para morarem, antes da chegada do bebê, porque ela não queria morar na casa da mãe do companheiro e, em sua casa, não havia espaço físico para acolher mais uma família.

Descobriu que estava grávida por volta do sexto mês de gestação e iniciou o acompanhamento médico a partir deste dia. Não desconfiava da gravidez, pois menstruou durante os quatro primeiros meses, e só quando sua menstruação atrasou dois meses foi que Pat começou a notar mudanças em seu corpo e procurou um médico. Sua família aceitou a gravidez, e não houve nenhum conflito, nem com o recente companheiro, que assumiu a criança e se responsabilizou pelo futuro do casal.

A questão da gravidez não se colocava como um tabu para a família de Pat, ao contrário do que acontecia com o desejo pelo estudo. A função de reprodução instituída ao corpo feminino satisfazia as expectativas da família, e principalmente da mãe dela. Estar grávida significava a completude da responsabilidade de sua mãe.

O chá de bebê aconteceu, e devido ao vínculo de confiança e respeito estabelecido com Pat nesses anos de participação em sua trajetória, fui convidada a participar deste momento tão feliz e íntimo. O chá foi na casa de uma amiga – por sinal, todos os chás de bebê para as meninas que conheci que tinham engravidado aconteciam na casa desta garota. Ela é mulher de um dos traficantes do bairro, um dos únicos iniciados no Primeiro Comando da Capital – o PCC. Tem três filhos com ele, e as mulheres da comunidade vivem em sua casa, pedindo ajuda ou mesmo compartilhando tempos, notícias, afazeres e o ócio.

Enfim, traços que se cruzam, que se tecem, e que são modificados no tempo e nas impossibilidades de realização dos poucos sonhos que restam... Agora mãe, Pat não pensa mais em uma trajetória acadêmica, ou no investimento em uma carreira. Papéis que se modificam, renovam e alimentam o eterno ciclo de ser filha-mulher-mãe na periferia.

Camila



“Todo dia ela faz tudo sempre igual,
me sacode às seis horas da manhã,
me sorri um sorriso pontual,
e me beija com a boca de hortelã.
Todo dia ela diz que é pr’eu me cuidar,
e essas coisas que diz toda mulher,
diz que está me esperando pr’o jantar,
e me beija com a boca de café.”
(Cotidiano - Chico Buarque)

Camila, 16 anos, menina-mulher, mulher cuidadora. Da união de seu pai e sua mãe, Camila é uma das filhas do meio entre seis irmãos. Tem três irmãos mais velhos, uma irmã e um irmão mais novos. Nasceu e cresceu no Jardim Gonzaga. Morava com a mãe, o pai e os cinco irmãos numa casa com um quarto (em que dormiam a mãe, o pai e o filho mais novo), um quartinho (em que dormiam os cinco irmãos em dois colchões de casal), cozinha e banheiro.

Quando tinha aproximadamente 10 anos sua mãe se envolveu com o melhor amigo do pai. Saiu de casa deixando todos os filhos com ele (o maior na época com 14 e o menor com um ano) e foi morar em outro bairro. Teve mais dois filhos. O pai, depois de algum tempo, se envolveu com outra mulher que já tinha quatro filhos, e com ela teve mais um filho.

Camila conta que o pai ficou arrasado com a separação, deprimido, e quem acabou assumindo todos os cuidados do lar foi ela. A responsabilidade pelos irmãos mais velhos e mais novos era dela, e isto incluía além de casa, comida e roupas lavadas, levar e buscar na escola, levar ao médico quando necessário, dar educação e ajudar nas tarefas de escola. Tornou-se a dona da casa:

Depois que minha mãe foi embora, eu sou a dona da casa. Se acontece alguma coisa é tudo em cima de mim... aí fica difícil, né? Ficou tudo no rabo da Camila, eu comecei a ser dona de casa com 11 anos, eu fazia tudo... (CAMILA, p. 7).

Historicamente as mães, madrastas, mulheres eram as responsáveis pelos cuidados de seus filhos e da casa, mas por meio da falsa condição de emancipação feminina, após terem podido sair para trabalhar em empregos formais ou informais, e por muitas vezes se tornarem a única fonte de renda familiar, passaram a responsabilidade do cuidado para as filhas mulheres, perpetuando um ciclo, no qual as meninas eram obrigadas a abandonar a infância e amadurecer rapidamente para cuidar dos irmãos, da limpeza, da comida, e etc.

E conta que por mais que tivesse uma irmã com pequena diferença de idade, ela acabou sendo responsabilizada por tudo. A irmã casou-se aos 14 anos, dizendo que estava grávida, mas na verdade não estava, e segundo Camila, "era só pra sair da casa do pai". Na pressa em conquistar a independência da família, a irmã de Camila acabou casando-se com um homem envolvido no comércio ilegal de drogas, fato que em seu

imaginário sugeria estabilidade para toda a sua vida, mas não foi bem o que ocorreu. A irmã tem sofrido violências físicas, sexuais e psicológicas, e é humilhada pelo marido na rua porque ainda não conseguiu lhe “dar” um filho. Camila diz que tentou orientar a irmã, mas não teve como impedi-la, e agora que ela é *mulher de traficante*, vai ter que aguentar para o resto da vida.

A questão da mulher enquanto posse do ser masculino, anteriormente discutida nos traços/traçados de vida de Gisele se coloca também aqui. A força da submissão às condições de violência frente a poder masculino, principalmente se ligado ao movimento do Primeiro Comando da Capital – PCC se coloca de forma imutável para elas (ALBINO, 2009).

Os três irmãos mais velhos de Camila também já se casaram e constituíram família. Um deles, atualmente, está preso por tráfico de drogas e a família, sem condições financeiras, não o visita. Camila conta esta passagem com bastante tristeza, mas se alegra em lembrar que o irmão conseguiu liberação e pôde passar o Natal e o Ano Novo com a família. Este irmão, além de participar do comércio ilegal de drogas, também é usuário, e Camila já sabia e dizia para o irmão que a prisão era *caminho certo* se ele não mudasse de vida.

Agora na casa só moram o pai, o irmão caçula, a Camila e o namorado. O pai mantém outro relacionamento, mas moram em casas separadas. Camila planejava morar com o namorado em outra casa, mas segue dizendo que é só tocar nesse assunto que o pai se aborrece, os irmãos ficam bravos e ela acaba por desistir.

Eu acho que se eu for embora eu vou ter que vir aqui fazer comida, limpar a casa, melhor ficar aqui, né. Então eu tô pensando, será que eu vou mesmo? Tô pensando, e tô pensando que eu não vou não, hein. Tem que pagar aluguel...Tô pensando será que eu vou? E esse povo? E meu pai? E o Renan? Eu fico pensando... será? (CAMILA, p. 30).

O fato de conseguir namorar, e o namorado dormir na casa do pai, já foram evoluções, pois os *homens da casa* sempre a cercearam e proibiam seus namoros. Camila mudou bastante por conta dos namoros que teve. Após o início do penúltimo relacionamento, Camila deixou de participar das atividades que antes eram parte do seu cotidiano, deixou de sair com as amigas, deixou de ficar na praça, na rua, enfim, recolheu-se em casa.

Agora eu fico aqui sozinha dentro da minha casa, todo o dia, uma solidão que só por Deus. Eu saio daqui porque eu ajudo minha sogra, eu limpo a casa dela, todo mês ela paga pra mim aí eu venho e limpo a minha casa e fico aqui até eles chegarem, chegam umas 18h00, 18h30. Eu fico esperando...(CAMILA, p. 13).

Em uma casa cheia de homens, pai, irmãos mais velhos, mais novos e namorado, não é permitido a Camila ser consciente da opressão masculina que sofre. A naturalidade dos mandes e desmandes deles em sua vida e o cotidiano marcado pelas restrições se coloca não só na vida dela, mas também da maioria das meninas moradoras daquela comunidade. O imperativo machista se impõe através dos homens e também das mulheres, as quais dificilmente rompem os grilhões da submissão.

Pouco tempo depois do começo do primeiro namoro, Camila achou que estivesse grávida. Foi até o postinho³³ perto de sua casa e, sem ao menos fazer exames, o médico já confirmou suas suspeitas e a encaminhou para fazer um ultrassom. Camila já tinha comprado as primeiras roupinhas, começado o enxoval... Estava radiante! Não era uma gravidez planejada, mas estava muito feliz com essa vida que estava gerando.

No dia do ultrassom, a irmã e o namorado foram junto com Camila. O médico a examinou e disse que ela não estava grávida, “que não tinha nenhum bebê na barriga dela”. Camila entrou em desespero. Disse que ele precisava repetir, porque o outro médico havia dito que ela estava grávida, e a menstruação estava atrasada... Mas o médico foi incisivo na sua colocação e mandou Camila ir para casa que em poucos dias ela estaria menstruada e tudo isso não teria passado de um engano.

Camila foi para casa arrasada, o namorado aliviado, e a irmã preocupada. Pediu para ficar sozinha naquela noite. O irmão mais novo estava com o pai, e Camila ficou sozinha. Conta que foi o pior dia da sua vida. Estava muito triste, não via sentido para viver, para continuar vivendo. Não tinha expectativas, não tinha sonhos, não via seu futuro diferente do que tinha vivido até agora.

Tomou a decisão, queria morrer. Tomou todos os remédios que seu pai tinha em casa e desmaiou... Quando o pai chegou a casa, viu Camila “dormindo”, e foi dormir também. No dia seguinte, Camila era sempre a primeira a levantar para preparar o café do

³³ Unidade de Saúde da Família - USF

paí e do irmão mais novo, e neste dia ela não levantou. O paí ficou preocupado, e decidiu acordá-la para saber se estava doente ou se só tinha perdido a hora. Camila não levantou, não acordou, não se mexeu!

Desesperado, o paí chamou um vizinho que tinha carro e levaram Camila para o hospital. No meio da confusão o irmão viu que os potes de remédio estavam vazios, jogados na pia da cozinha e entregou para o paí. Chegando ao hospital o paí disse o que tinha acontecido aos médicos, falou sobre os remédios e Camila foi internada na unidade de Terapia Intensiva - UTI, já que havia se passado horas da ingestão dos remédios e não seria mais possível fazer a lavagem estomacal.

Nada mais grave aconteceu. Camila teve que permanecer alguns dias em observação e depois teve alta. Quando chegou a casa não tinha mais vontade de nada. Não queria sair, não queria ver as amigas, não queria mais namorar. Os boatos que circulavam na comunidade é que ela tinha abortado e tinha tido complicações. Aos poucos Camila foi aceitando a situação, mas terminou com esse namorado. Dizia que ele a prendia demais, não a deixava sair com as amigas, mas no fundo, a decepção com a quase gravidez foi o determinante para o término do relacionamento. No momento dos nossos encontros para a coleta de dados, Camila estava namorando outro menino e tinham planos de morarem juntos.

Neste traço da vida de Camila podemos destacar como a política nacional de saúde, em sua execução por profissionais irresponsáveis, pode causar sofrimento e danos na vida das pessoas sem saber. A soberania médica se coloca em detrimento da atenção humanizada que o Sistema Único de Saúde preconiza. A gravidade da situação por si só demonstra a fragilidade da vida, das relações e das políticas sociais, neste caso, a da saúde.

No seu dia a dia, Camila conta que vive em função da família. Parou os estudos, porque a madrasta, companheira do paí, que reside em outra casa, trancou sua matrícula no meio do ano passado, sem o consentimento dela. Quando voltou das férias, não estava mais matriculada e foi impedida de voltar às aulas. Ela não explica muito sobre o que aconteceu para que a madrasta fizesse isso, mas conta que durante o dia ficava com o filho da madrasta, para ela poder ir trabalhar, e à noite a madrasta ficava com o irmão de

Camila, para ela poder estudar, e que a madrasta nunca gostou do irmão de Camila. Como ela foi impedida de voltar a estudar, o irmão voltou a ser sua responsabilidade durante a noite também.

Eu gosto, nossa adoro, sempre gostei de estudar. Meu pai fala até hoje que nunca precisou ir em reunião minha, nunca precisou porque eles sempre falam bem, não sou aquela pessoa que gosta de fazer bagunça, que reclama pra fazer as coisas. Então se eu gostava, então eu ia né. Só não gostei dela ter feito isso, briguei com ela feio, de trancar minha vaga e não falar pra mim, porque de manhã eu olhava o filho do meu pai pra ela trabalhar e à noite eu ia pra escola. Ela trancou minha vaga e ninguém sabe o porquê. Cheguei na escola estava lá com o nome dela aí eu perguntei "como vocês puderam ter deixado ela fazer isso?" Ela falou "ah, é sua madrasta", eu falei "ah, mas não tem nada a vê isso, que eu não tenho convivência com ela". Aí vou ter que fazer tudo de novo... (CAMILA, p. 9).

Privada de um de seus únicos prazeres, o estudo e a convivência escolar, Camila reduziu as atividades de seu cotidiano para ajudar a limpar a casa da sogra e a sua, além de lavar, passar e cozinhar para seu pai, seu irmão e seu namorado. A renda familiar se configura por esta ajuda de custo mensal que a sogra lhe dá, somada à renda de trabalhos temporários do pai, e a algumas pequenas contribuições do namorado. Quando problematizamos as questões relativas aos direitos socioassistenciais, à possibilidade de entrar com pedido de participação no Programa Bolsa Família, ou no Cartão Alimentação, Camila diz:

Meu pai estava desempregado... sabe o que é acabar tudo? Não tinha gás, não tinha comida, não tinha nada. Ah, eu não sou de ficar pedindo coisas para os outros. E eu não gosto de sair daqui e pedir coisas para os outros. Você sabe que pedir escondido ninguém ouve né, chega aqui tá todo mundo sabendo. Como que tá sabendo? As pessoas ficam falando, é chato né? (CAMILA, p. 14).

Camila vive para a família, se sente responsável pelo cuidado de todos, mesmo dos que já casaram. Tem medo de sair de casa, não tem ambições, sonhos, vontades e acredita que sua vida será para sempre assim.

ixi, nem eu sei o que eu vejo pro meu futuro. Tô achando que meu futuro vai ser aqui mesmo, hein. Ajudando meu pai, meus irmãos. Se eu sair daqui eu quero ver como que vai ficar essa casa, eu não sei como vai ficar, porque se eu fico fora um dia eles não fazem nada, imagina se eu for embora mesmo... (CAMILA, p. 12).

Esse traçado de vida, de Camila, mas de tantas outras garotas é a explicitação da violência que a cultura machista impregna colocando-se como natural e imutável. A escola, enquanto alternativa muitas vezes é negada, seja pelos afazeres e responsabilidades, seja pela desqualificação do estudo, e dessa forma os ciclos se perpetuam.

Entre cotidianos e espaços

As questões do dia a dia e seus significantes e significados, as práticas e comportamentos que “se expressam na penumbra, num cotidiano tão carregado de contradições” (DURAN, 2007, p. 116) têm evidenciado o aumento crescente no interesse dos pesquisadores das ciências humanas, educação, da terapia ocupacional e de outras áreas.

Segundo Chizzotti (1992), os brasileiros iniciaram o diálogo nas pesquisas científicas sobre o tema cotidiano a partir de Agnes Heller (1972), Henri Lefebvre (1972), Michel de Certeau (1974) e José Machado Pais (1999).

Para Certeau, o cotidiano são *procedimentos*, variáveis ou labirínticos, da ação segundo a lógica processual e dinâmica das relações de poder da vida cotidiana. Aproxima seu conceito à noção de jogo. Trata-se de um jogo articulado de práticas de dois tipos: as estratégicas e as táticas, rompendo assim com a definição de cotidiano enquanto rotina para dar lugar à ideia enquanto movimento.

Leite (2010), em sua análise sobre a inversão do cotidiano, nos apresenta a teoria de uma das mais atuais contribuições de Certeau para a vida contemporânea:

Somente pensando o cotidiano como práticas que refletem as relações de poder existentes poder-se-ia explicar como a vida cotidiana se mantém, mesmo com a forte presença de sociabilidades públicas fragmentadas em um espaço urbano marcado pelas reivindicações da *diferença* (...) (LEITE, 2010, p. 750, grifos do autor)

José Machado Pais, no livro *Sociologia da Vida Cotidiana: Teoria, Métodos e Estudos de Caso* (2003), define:

O cotidiano – costuma dizer-se – é o que se passa todos os dias: no quotidiano nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia. Então o quotidiano seria o que no dia a dia se passa quando nada parece passar. Mas só interrogando as modalidades através das quais se passa o cotidiano – modalidades que caracterizem ou representem a vida passante do quotidiano – damos conta de que é nos aspectos frívolos e anódinos da vida social, do “nada de novo” do quotidiano, que encontramos condições e possibilidades de resistência que alimentam a sua própria rotura (PAIS, 2003, p. 28).

Conclui que “o cotidiano é o que se passa, quando nada se passa” (p. 29). Os acontecimentos do dia a dia, quando não são mais novidades, se tornam invisíveis, e viram rotina. No senso comum, a definição de rotina é a simples repetição de hábitos e tarefas, mas para Pais (2003), a palavra *rotina*, tem outras raízes etimológicas e apontam para o campo semântico da palavra *rota* e desta, deriva-se *ruptura*. Para ele, a sociologia do cotidiano se encaixa entre a rotina e a ruptura, desbravando o social e:

(...) procurando os significantes mais que os significados, juntando-os como quem junta pequenas peças de sentido num sentido mais amplo: como se fosse uma sociologia passeante, que se vagueia descomprometidamente pelos aspectos anódinos da vida social, percorrendo-os sem, contudo neles se esgotar, aberta ao que se passa, mesmo ao que se passa quando “nada se passa” (PAIS, 2003, p. 29).

Na terapia ocupacional o cotidiano aparece como tema frequente de estudos e pesquisas e, por volta da década de 1990, segundo Galheigo (2003), surge como uma mudança radical na proposição teórico-metodológica desta profissão. A ação na terapia ocupacional passa a considerar o sujeito como histórico, inserido em uma cotidianidade e participante de um coletivo. E como nos apresenta Heller (1972, p. 17), “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro”, onde se evidenciam “seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias”.

Dessa forma, podemos pensar no caráter subjetivo da vida cotidiana, e

quando focamos na subjetividade, nos atemos aos significados que as pessoas dão às suas experiências, isto é, à compreensão e interpretação que fazem de sua realidade social. Tal visão traz em si a ideia de que elas têm (ou buscam ter) autonomia de determinar o curso de suas vidas, exercendo livremente seus pensamentos e indo de encontro a seus desejos e anseios (GALHEIGO, 2003, p. 108).

Compartilhamos com Galheigo (2003) a respeito do papel privilegiado do terapeuta ocupacional, em meio às suas intervenções, nas quais pode contribuir para uma visão crítica do cotidiano de sujeito, e dessa forma colaborar para os movimentos de mudança, conhecimento, autodeterminação, reorganização individual e de coletivos e ressignificação de cotidianidade.

Quando realizada a coleta dos dados para a construção dos traços de vida das meninas, a participação em seu cotidiano foi tarefa bastante intensa, mas que propiciou o acesso a informações preciosas e que permaneceriam veladas numa entrevista estruturada.

Todas as garotas traziam a carga do cuidado e dos afazeres domésticos tomando grande parte das horas do dia a dia.

Camila trazia consigo a responsabilidade de uma família inteira desde os 11 anos; Gisele, além dos filhos, como era a única da família que não estava inserida no mercado de trabalho formal, era responsável pelas tarefas diárias da casa e Patrícia não era menos exigida na divisão dos afazeres por trabalhar fora e prover o sustento dos itens básicos para sobrevivência da família.

Para além das obrigações, o lazer e a livre circulação nos espaços públicos foram outros itens que tomaram corpo nas observações, pois eram fatos raros, e causavam um estranhamento tanto nas minhas perguntas para elas, quanto na naturalidade das respostas delas. O cotidiano cercado pelo ócio e pela não circulação em locais públicos que não fosse a frente da casa de amigas ou parentes era comum, natural, imperceptível, condicionadamente inquestionável.

Gisele utilizava a rede mundial de computadores como meio de comunicação e lazer, mas restringia seus espaços de circulação à casa do namorado e à igreja na qual seu avô era pastor. A escola, a calçada em frente à sua casa e a *Rua Larga* eram os poucos espaços aos quais Gisele ainda conseguia acessar antes de sua gravidez, mas que foram desaparecendo do seu cotidiano à medida que seu companheiro passou a delimitar o período e os locais que ela poderia frequentar. A permissão vinha quando a mãe dela a acompanhava, então Gisele aproveitava para ir ao centro da cidade comprar roupa para os filhos, ver quais eram as *novas tendências da moda* e, por vezes, encontrar algumas amigas.

No início dos acompanhamentos Gisele se dividia entre o cuidado da casa, levar e buscar a filha mais velha na creche e cuidar o dia todo do filho mais novo. Após ter conseguido a vaga para o mais novo, Gisele passou a se responsabilizar apenas pelas tarefas domésticas e pela busca por um emprego. A dificuldade financeira para pegar um ônibus era grande, e se confundia com a insegurança de sair do bairro sozinha. O sentimento de proteção por estar em seu território era visível, e Gisele restringia sua busca apenas a estabelecimentos

próximos à sua casa. A justificativa vinha da preocupação em deixar as crianças na creche e que caso acontecesse algo estaria por perto, mas o desânimo frente à falta de oportunidades era certo.

Patrícia por sua vez tinha um maior acesso aos espaços públicos, talvez por conhecer e ter convivido com muitos meninos, os quais são hoje homens dominadores das regras e limites daquele bairro, talvez por ter seu próprio dinheiro, fruto de seu trabalho. Certo é que Patrícia, por mais que pudesse circular, tinha responsabilidade dos horários de trabalho, que dependiam de um deslocamento grande na cidade utilizando o transporte público municipal. Isso tomava cerca de duas horas de seu dia a dia, restando-lhe as manhãs, que eram usadas para o feitiço das tarefas domésticas, pelas quais era responsável na divisão com as irmãs. Durante o longo período de acompanhamento de Patrícia, desde seus 15 anos e mesmo antes desta pesquisa, pude observar a redução dos espaços de circulação e o aumento das responsabilidades que foram imputadas a ela.

Ela gostava de sair, se divertir com as amigas, ir a bailes *funk*, passar o domingo na *Rua Larga*, frequentar as atividades semanais no Centro da Juventude Elaine Viviani e ir à escola ou até ficar na calçada de sua casa. Na época dos acompanhamentos, Patrícia já não mais ia às festas, aos encontros da comunidade na *Rua Larga*, raramente conseguia tempo para ir ao Centro da Juventude e já havia se formado no ensino médio. Restava-lhe apenas o trabalho e a sua rua, e foram lá que muitos dos nossos encontros aconteceram. Durante as conversas, Patrícia estava na maioria das vezes fazendo as tarefas domésticas como lavar a louça, passar a roupa ou lavando a frente da casa. Sempre relembrava saudosa a época em que circulava pelos espaços de que gostava. Após a notícia de sua gravidez, as restrições se acentuaram, e na época de seu chá de bebê já não estava mais nem trabalhando. Percebia uma mudança grande nas vontades, sonhos e desejos dessa menina, mas a aceitação de sua condição era dada, e Patrícia perpetuava novamente o mesmo ciclo de sua mãe e de sua avó.

Camila, desde pequena foi a cuidadora do lar, limitava suas atividades do dia a dia ao cuidado do irmão mais novo, com a alimentação do pai e os afazeres da casa. A meu ver, ela é a que tinha maiores limitações quanto ao acesso a outros espaços, comparada às outras meninas. Após o início de seu envolvimento com alguns namorados, passou a não sair de casa, e por algumas vezes, em nossos

encontros dizia se sentir muito sozinha. Na relação com seus parentes e amigas, Camila sempre recebia pessoas em casa, mas raramente saía da calçada da sua rua. Também conheci Camila antes do início da pesquisa, aos 14 anos, quando por um curto período de tempo frequentou o Programa Projovem Adolescente no Centro da Juventude Elaine Viviani, ao qual acabou desistindo de ir por falta de companhia de outras meninas de sua idade.

Dos traços de vida de todas as meninas que acompanhei que fazem parte ou não desta pesquisa, Camila é um dos que mais me mobiliza. Não só pela condição feminina nem pela situação financeira, mas pela sua apatia frente a todas as circunstâncias. A falta de sonhos, de perspectivas, de desejos é uma das características que pude observar não só em Camila, mas em várias outras meninas daquele território. O cotidiano delas parece determinado e a falta de expectativas garante a continuidade e a permanência da atual condição juvenil feminina na periferia urbana.

Analisando e participando do cotidiano dessas três meninas pude traçar um esboço das redes de suporte social nas quais estão imbricadas. Sobre estas, nos pautamos em Castel, que conceitua a proteção social mediante a diferença entre sociabilidade primária (família, vizinhança e grupos de trabalho) e sociabilidade secundária (ações realizadas pelo Estado), que, respectivamente, estão associadas a uma esfera privada e a uma pública (CASTEL, 2005).

Gisele contava basicamente com sua mãe, sua avó e uma amiga, com quem havia convivido desde a infância. Durante a época de escola, não tinha muitas amigas, era mais tímida, mais reservada, e após o começo do relacionamento com Elton, apesar de não contar com ele como um suporte, suas outras relações ficaram em segundo plano e, na verdade, ocorriam somente quando as coisas ficavam mais graves e se sentia perdida.

Camila, por sua vez, contava com o apoio principalmente de seu pai e de sua tia, quem praticamente substituiu o papel materno em sua vida. Tinha algumas amigas que frequentavam sua casa, e a irmã mais nova, com pouca diferença de idade, ajudava a manter um núcleo de amizades mais amplo. Apesar de sempre ter pessoas em volta, era frequente em sua fala o sentimento de sempre estar sozinha.

De igual forma, Patrícia não identificava sua família e suas colegas da rua como uma rede de suporte, recorrendo sempre que necessário às técnicas do Metuia/UFSCar.

Sobre a rede de serviços públicos do território que atende esta população feminina juvenil temos:

- 1) Centros Municipais de Educação Infantil: CEMEI Victorio Bebucci, CEMEI João Muniz, CEMEI Otávio de Moura e CEMEI Therezinha Ríspoli Massei.
- 2) Escolas: Escola do Futuro – EMEB Janete Maria Martinelli Lia, Escola Estadual Prof. Péricles Soares e Escola Estadual Dona Aracy Leite Pereira Lopes.
- 3) Centros de Referência de Assistência Social: CRAS Prof^a Maria Bernadete Rossi Ferrari.
- 4) Equipamentos de Cursos e Lazer: Estação Comunitária do Jardim Gonzaga, Centro da Juventude Elaine Viviani, Ginásio de Esportes José Favoretto.
- 5) Equipamento de Saúde: Unidade Básica de Saúde Dr. Dante Erbolato.

Destes todos, apenas o Centro da Juventude Elaine Viviani e a Unidade Básica de Saúde Dr. Dante Erbolato, em parceria com o Projeto Metuia/UFSCar, criaram ações voltadas especificamente para as jovens residentes nos bairros da região.

Mesmo sendo numericamente representativas e apresentando problemáticas específicas, as meninas permanecem esquecidas nas ações da esfera pública. E o acesso a estes espaços torna-se reduzido, por reconhecimento de um não-lugar de pertencimento.

Seção III – Conclusão:

Como dito anteriormente, o surgimento dos questionamentos que proporcionaram este estudo nasceram no interior da ação realizada pelo Projeto Metuia/UFSCar e no grupo de pesquisa Cidadania, Ação Social, Educação e Terapia Ocupacional. Dessa forma, apoiamo-nos nos pressupostos desse núcleo de práticas e conhecimentos para contribuir como referencial na conclusão deste trabalho.

Posto isto, o surgimento de uma determinada terapia ocupacional social ou um modo de pensar a terapia ocupacional esteve historicamente vinculado a um núcleo de profissionais da saúde que, alinhados à crítica à hegemonia do saber médico e às concepções dos processos saúde/doença, entre outras, as colocaram em cheque nas décadas de 1970 e 1980, resultando num avanço nas discussões sobre o campo social, suas demandas e especificidades.

Segundo Malfitano (2005), o campo social está implicado em um conjunto de ações que estão relacionadas a uma diversidade de núcleos a serem desenvolvidos por distintos saberes que definiriam dois espaços de atuação:

O primeiro, que denominamos de campo, com um caráter mais geral e interdisciplinar, envolve diferentes atores; o segundo é composto por *núcleos* específicos nos quais se encontram a atuação de uma dada área, com um dado profissional, dentro de uma certa especificidade (MALFITANO, 2005, p. 4).

O alargamento da noção de responsabilidade profissional e da adição de novos referenciais se deu pela atuação de um grupo de profissionais que entendeu que a profissão tinha acumulado conhecimentos suficientes para não ficar restrita ao modelo saúde-doença. Assim, seria capaz de contribuir para os outros universos do sofrimento humano, inclusive em seus aspectos comunitários e territoriais, com relação aos sujeitos, individuais e coletivos, focalizando então na intervenção e na pesquisa, o campo social e seus desdobramentos (BARROS, 2004).

Neste contexto, terapeutas ocupacionais passam a propor e desenvolver ações territoriais, comunitárias e extra-hospitalares, cujas tendências, orientações e preocupações necessitam de sistematização. Um dos eixos que vem a se constituir é o da crítica à organização de serviços e de propostas assistenciais. Aponta-se a necessidade de uma agenda de políticas sociais que considere as demandas daqueles grupos populacionais. Outro é o da reflexão sobre a atomização do saber e sobre as estratégias reducionistas de

abordagens de questões complexas, que terminam por reduzir a pessoa que sofre aos próprios sinais e manifestações da dor, da incapacidade ou de suas desvantagens (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002, p. 366).

Com base nos “novos” pressupostos foi dado início ao desenvolvimento de práticas que passaram a enxergar o sujeito para além do *setting* terapêutico focalizando a atenção nos espaços da vida cotidiana “marcada pelo princípio de responsabilidade territorial na assistência que envolve, entre outros aspectos, a valorização da demanda em que a pessoa é percebida como sujeito de direitos, de saber e de desejos” (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007b, p. 355). Um dos diferenciais dessas novas práticas era também a forma de compreensão do território:

Nele [o território] pode-se observar diferentes maneiras de existir, sonhar, viver, trabalhar e realizar trocas sociais. Essa noção exige que se tenha a compreensão de intervenção em saúde que supere a noção de risco, que isola e escolhe determinadas variáveis, geralmente de ordem biológica, para o desenvolvimento das ações de saúde. A intervenção em saúde deve estar pautada pela noção de chances de vida, que busca trabalhar a partir de uma visão do ambiente ecológico e social em que estas vidas se tecem (BARROS et al., 2002, p. 100).

Apoiando-se em referenciais socioantropológicos, a terapia ocupacional social passou a atuar com as populações que estão à margem, na franja da sociedade, os *sobrantes*, segundo Castel (1997) e, a partir de então, buscar compreender as variadas formas de interação em que se colocam os sujeitos, sejam ele individuais ou coletivos, as relações vinculares de confiança e respeito, a vulnerabilidade das redes sociais e a precarização do trabalho.

Dessa maneira, a terapia ocupacional social tem como um de seus objetivos lidar com o acesso aos direitos e ao exercício da cidadania da população para a qual direciona suas ações, principalmente por meio do “conhecimento de sua realidade, das suas necessidades, e das maneiras pelas quais as pessoas compreendem o seu mundo e o seu cotidiano” (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). De igual forma, pretende também o

reconhecimento do outro e a busca de estratégias para interagir em relações de alteridade e para aprender a conhecer as identidades singulares e coletivas, as culturas e as formas de linguagem e de comunicação presentes no território/comunidade (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007b, p. 355).

No estudo que apresentamos aqui, a terapia ocupacional social torna-se bastante significativa na atenção a este grupo populacional e na criação de metodologias de trabalho com essa população que incentivem a mudança desse panorama negativo, ao qual as meninas moradoras das periferias urbanas têm sido fadadas. De igual forma, pretende contribuir para o universo de conhecimento, a fim de auxiliar no fomento de políticas públicas que minimizem os efeitos históricos de tanta opressão e violência contra as mulheres.

Na primeira seção desta dissertação, *Caminhos da Pesquisa*, apresentou-se a aproximação com a terapia ocupacional social, a inserção no território das questões que mobilizaram este estudo. Posteriormente, a inserção no campo enquanto pesquisadora e as dificuldades de acesso a um grupo que restringia-se a poucos espaços públicos de convivência.

Na sequência, apresentamos o cenário da pesquisa, como se deram os levantamentos dos traços de vida apresentados, e a circulação em um território com características específicas, mas que muitas vezes poderiam ser generalizáveis.

Na seção *Traços/traçados de Vida* apresentamos três garotas, com trajetórias por vezes semelhantes, por outras muito distintas, tentando assinalar suas vivências singulares repletas de grandes rupturas, dificuldades e falta de acesso a espaços públicos e políticas sociais que potencializassem o empoderamento delas.

A pergunta do título dessa pesquisa, *Cadê as meninas?*, tornou-se evidente a partir da (re)construção dos traços de vida dessas três garotas, somados à inserção enquanto pesquisadora no território. Podemos concluir que as jovens moradoras das periferias urbanas estão, em sua maioria, dentro de suas casas, responsáveis pelo cuidado dos filhos e das tarefas domésticas, subjugadas a toda sorte de violência, dos pais e depois dos companheiros, e por vezes até mesmo de suas mães ou madrastas. A escola ainda é a única porta que abre para a possibilidade de alavancamento dessa situação, pois lá existem enquanto cidadãs, e contam com redes de suporte frágeis, mas que possibilitam outras circulações.

O cotidiano se coloca de forma oprimida à presença masculina, e o papel central da vida dessas garotas está diretamente relacionado à reprodução, e a responsabilidade pelas tarefas domésticas. Desde muito cedo seus sonhos são moldados, e o desejo da maternidade vai se colocando como algo central na vida, a

exceção é não querer engravidar, ter um marido e fim. Parece-nos que a emancipação, o empoderamento feminino precisa cada vez mais começar na educação infantil, pois a dificuldade dessas jovens em considerar um futuro, ter expectativas, sonhos, desejos que sejam além da gravidez e da união conjugal tem se tornado cada vez mais inatingível.

Apesar do cotidiano solitário que estas meninas e outras jovens têm, percebemos que encontram força nas relações com outras mulheres, nas amizades, e se apoiam muito na idealização do amor, seja o amor de um homem ou dos filhos. Submetem-se a toda sorte de violências, sem às vezes saber que são violentadas, pois já se tornou natural no imaginário social tal submissão.

As políticas públicas presentes naquela comunidade, ou em tantas outras, são na leitura delas um constrangimento, pois poucas têm acesso, e não oferecem a especificidade da atenção necessária para esta população. Acreditamos que o caminho a ser percorrido para que possamos dar visibilidade a essas violências vivenciadas e propor soluções está diretamente ligado ao fortalecimento das políticas públicas num geral e, mais especificamente, às que se relacionam com esta população: Política Nacional de Juventude, Política Nacional de Assistência Social e Política Nacional de Educação, Política Nacional do Trabalho, considerando a especificidade das problemáticas enfrentadas por jovens mulheres moradoras das periferias urbanas.

Dessa forma, esta dissertação se coloca na direção da contribuição para além da ampliação do campo de conhecimento da terapia ocupacional social na discussão sobre o tema gênero, violência de gênero e diferenças de gênero, bem como para o alargamento e construção de novas tecnologias sociais e da problematização das políticas públicas voltadas às jovens meninas pobres, moradoras das periferias urbanas, no que tange a solubilidade da abrangência de diferentes demandas enfrentadas em diversos contextos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. *Introdução*. In: FREITAS, M.V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 6-8.

ABRAMOVAY, M.; ESTEVES, L. C. G. *Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas*. In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007. p. 19-54.

ALBINO, A. V. de S. **Amor bandido: estudo de trajetórias de vida de jovens mulheres na favela da Candelária – Complexo da Mangueira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

BARROS, D. D.; ALMEIDA, M. C.; VECCHIA, T. C. Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 128-134, set/dez. 2007.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 95-103, 2002.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia: apresentação. In: SIMPÓSIO DE TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL, 1. **Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional: contextos, territórios e diversidades, 10**. Goiânia: Associação dos Terapeutas Ocupacionais de Goiás e Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais, 2007, s/p.

BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. *Terapia Ocupacional Social: Concepções e Perspectivas*. In: Alessandra Cavalcanti; Claudia Galvão. (Org.). **Terapia Ocupacional - fundamentação & prática**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 2007, p. 347-353.

BARROS, D. D. *Terapia Ocupacional Social: o caminho se faz ao caminhar*. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo** v. 15 n. 3. São Paulo set./dez. 2004.

BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. *Projeto Metuia: terapia ocupacional no campo social*. In: **O Mundo da Saúde**, v. 26, n. 3, 2002, p. 365-69.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo: Difusão Européia do livro. 4ª ed. 1970.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: A experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do livro. 4ª ed. 1970.

BORELLI, S. H. S; RAMOS, J. M. O; ROCHA, R. L. M. Juventudes, mídiatizações e nomadismos: a cidade como arena. In. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo: ESPM, ano 5, v. 5, n. 13, 2008.

BOURDIEU, O. *A juventude é apenas uma palavra*. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada. 1983a, p. 112-121.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundação Casa**. Disponível em: <<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br>>. Acesso em 18 de agosto de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em 25 de agosto de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Plano Nacional da Educação 2011-2020**. Brasília: Senado Federal, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. 1996.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único de Programas Sociais**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>>. Acesso em outubro de 2012.

BRASIL. **Secretaria de Juventude**. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/sobre-a-secretaria>>. Acesso em outubro de 2012.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CASTEL, R. **Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional**. In: LANCETTI, A. (Org.). *Saúde loucura*. n. 4. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo Juvenil – Adolescência, Educação e Participação Democrática**. Fundação Odebrecht, Publicações e serviços. Belo Horizonte – MG 1996.

CARIA, T.H. A construção etnográfica do **conhecimento em Ciências Sociais: reflexividades e fronteiras**. In: **CARIA, T. H. (org.). Experiências Etnográficas em Ciências Sociais**. Porto: Afrontamento, 2003, p 9-20.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar cotidiano com Michael de Certeau. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2008.

FELTRAN, G. S. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010.

FREITAS, M. V. (org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2005. Disponível em: <www.acaoeducativa.org.br>. Acesso em 1º de outubro de 2011.

GALHEIGO, S. M. *O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social*. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

HEILBORN, M. L. *De que gênero estamos falando?* In: **Sexualidade, Gênero e Sociedade**. Ano 1, nº 2 CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

HEILBORN, M. L. *O Traçado da Vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro*. In MADEIRA, F. (org). **Quem mandou nascer mulher? – estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. UNICEF. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 291-342.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@. São Carlos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em 10 de agosto 2012.

KOFES, S. *Categorias analítica e empírica: Gênero e Mulher: Disjunções, conjunções e mediações*. **Mesa redonda Estudos de Gênero: a interdisciplinaridade no campo teórico e a subjetividade no campo metodológico**. XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Belo Horizonte, 1992.

KRAUSKOPF, D. **Políticas de juventud en Centroamerica**. Primeira Década. 2003. p. 8-25.

LEFÈBVRE, H. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: Alianza, 1972.

LEITE, R. P. A invenção do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Revista Dados** vol. 53 n. 3 Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, R. E. et al. *Terapia Ocupacional Social e a Infância e a Juventude Pobres: Experiências do Núcleo UFSCar do Projeto Metuia*. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 14. 2006, p. 5-14.

LOPES, R. E.; SOUZA, L. B. *Memória e Ação Territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em Terapia Ocupacional Social*. **Relatório final de Iniciação Científica**. Universidade Federal de São Carlos, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2010.

LOPES, R. E. *Redes Sociais de Suporte*. In: PARK, M. B.; FERNANDES, R. S.; CARNICEL, A. **Palavras-chave em educação não formal**. Holambra-SP: Editora Setembro, 2007, p. 249-250.

LOPES, R. E., SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. *Adolescência e Juventude de Grupos Populares Urbanos no Brasil e as Políticas Públicas: Apontamentos Históricos*. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 23, p. 114-130, 2006.

LOPES, R. E.; GARCIA, D. B. *Problemas e perspectivas escolares no cotidiano dos meninos e meninas trabalhadores da UFSCar*. **Projeto de pesquisa**. Universidade Federal de São Carlos: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, 2004.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R. **Projeto político e pedagógico do Centro da Juventude da região sul de São Carlos**. São Carlos: Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar: Secretaria Municipal Especial da Infância e Juventude de São Carlos, 2008.

LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, 2008.

MALFITANO, A. P. S. *Espaço público e rua*. In: Margareth Brandini Park; Renata Sieiro Fernandes; Amarildo Carnicel. (Org.). **Palavras-chave em educação não-formal**. 1ª ed. Holambra, Campinas - SP: Editora Setembro, Centro de Memória da Unicamp, 2007, v. 1, p. 145-146.

MACRAE, E.; VIDAL, S. S. *A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas*. **Revista de Antropologia** (São Paulo), v. 49, n. 2, 2006, p. 645-666.

MALFITANO, A. P. S., *Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social*. In: **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.16, n. 1, 2005, p. 1-8.

MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura: por uma sociologia reflexiva. In: Melucci, A. (org.). **Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005 p.25-42.

MELUCCI, A. Conclusões: Métodos qualitativos e pesquisa reflexiva. In: Melucci, A. (org.). **Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005a p. 315-338.

NICOLAU, S. Deficiência, gênero e práticas de saúde: estudo sobre a integralidade em atenção primária. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2011.

PAIS, J. M. **Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis**. Coordenação José Machado Pais. Âmbar, 1999, 1ª Edição

PAIS, J. M. **Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro**. Ambar, 3ª edição, 2005

PAIS, J. M. **Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, Métodos e Estudos de Caso**. Imprensa de Ciências Sociais, 5ª edição, 2012.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDH dos municípios brasileiros**. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: agosto de 2012.

REGUILLO, R. El año dos mil. Ética, política e estéticas: imaginarios adscripciones y prácticas juveniles. Caso mexicano. In: CUBIDES, H. J; TOSCANO, M. C. L; VALDERRAMA, C. E. H. (orgs.). **Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades**. Bogotá: Siglo del Hombre/DIUC, 1998.

RIBEIRO, C. C. R. *O movimento Hip Hop como gerador de urbanidade: um estudo de caso sobre gestão urbana em Campinas*. **Dissertação (Mestrado em Urbanismo)** Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

SILVA, C. R. Percursos Juvenis e trajetórias escolares: vidas que se tecem nas periferias das cidades. **Tese de doutorado**. Universidade Federal de São Carlos, 2012.

SALVA, S. Narrativas da vivência juvenil feminina: histórias e poéticas produzidas por jovens de periferia urbana de Porto Alegre. **Tese de doutorado**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SÃO CARLOS. **Prefeitura municipal, Centro da Juventude Elaine Vivianne**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/cidadania-social/154020-centro-da-juventude-elaine-viviani.html>>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

SÃO CARLOS. **Secretaria de Cultura**. Disponível em: <<http://www.promemoria.saocarlos.sp.gov.br/?conteudo&id=86>>. Acesso em 10 de agosto de 2012.

SÃO CARLOS. **Secretaria de Cultura**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/conheca-sao-carlos/115268-a-cidade-de-sao-carlos.html>>. Acesso em 10 de agosto de 2012.

SÃO CARLOS. **Secretaria Municipal Especial de Infância e Juventude**. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/prefeitura/utilidade-publica/nucleo-de-atendimento-integrado-nai.html>>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 1995. v. 20, n. 2, p. 71-99.

SILVA, C. R. *Oficinas*. In: Margareth Brandini Park; Renata Sieiro Fernandes; Amarildo Carnicel. (Org.). **Palavras-chaves em educação não-formal**. Campinas: Setembro, 2007, v. 1, p. 213-214.

SILVA, C. R., FREITAS, H. I. *Adolescentes em situação de vulnerabilidade: estratégias de terapia ocupacional em um trabalho de prevenção à AIDS*. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 11, n. XI, 2003, p. 111-117.

SPOSITO, M. P. ***Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira : educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*** / Marília Pontes Sposito, coordenação. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, v.1, 2009.

STECANELA, N. Jovens e cotidiano: trânsito pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

TRAJBER, N. K. A. *Oficinas de Atividades como processos educativos e instrumento para o fortalecimento de jovens em situação de vulnerabilidade social*. **Tese de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de São Carlos, 2010.

WELLER, W. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, 2005, p. 107-126.

Anexos

ANEXO 1

Carta de solicitação para filtro no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

São Carlos, 14 de março de 2011.

Prezada Senhora,

Venho, por meio desta, apresentar-lhe a aluna Mayra Cappellaro, RG Nº 43.495.129-8, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a fim de que ela possa, com seu consentimento, consultar o banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico, de maneira a poder desenvolver seu projeto de pesquisa de mestrado, sob minha orientação, intitulado “CADÊ AS MENINAS? COTIDIANO E TRAÇOS DE VIDA DE JOVENS MENINAS POBRES DE SÃO CARLOS (SP)”.

A referida pesquisa pretende, de maneira geral, analisar o cotidiano e as histórias de vida de jovens-adolescentes do sexo feminino, moradoras de um bairro periférico de São Carlos; para tanto, será necessário, dentre outros procedimentos, conhecer quantitativamente os jovens, de ambos os sexos, que residem na região em torno do Centro da Juventude Elaine Viviani.

É importante ressaltar o compromisso da aluna com a realização da apresentação e da discussão dos resultados dessa pesquisa com a equipe do Centro da Juventude Elaine Viviani, assim que os mesmos puderem ser disponibilizados.

Agradecendo, desde já, sua colaboração e colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos que possam ser necessários, subscrevo-me.

Atenciosamente

Profª Drª Roseli Esquerdo Lopes

Orientadora

Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e dos Programas de
Pós-Graduação em Educação e em Terapia Ocupacional da UFSCar

ANEXO 2

Termo de consentimento livre e esclarecido

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa "COTIDIANO E TRAÇOS DE VIDA DE JOVENS MENINAS POBRES PELA PERSPECTIVA DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL".

2. Seu objetivo geral é compreender e analisar as razões da ausência das jovens de grupos populares urbanos nos espaços públicos da periferia de São Carlos (SP), a partir do levantamento de seu cotidiano e traçados de vida.

a. Você foi selecionado uma vez que é uma jovem moradora de um bairro próximo ao Centro da Juventude "Elaine Viviani" e sua participação não é obrigatória.

b. Os objetivos deste estudo são: Levantar cenários de proibição ou permissão do uso dos espaços públicos junto às jovens meninas; Traçar um perfil do acesso das jovens ao Centro da Juventude (CJ), comparativamente ao número de jovens do sexo feminino e masculino residentes nos bairros próximos a esse equipamento, através dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico e do relatório oficial do Censo 2010; Identificar as políticas para a juventude no município de São Carlos, focalizando seus resultados no que tange às jovens de grupos populares urbanos; Ofertar subsídios para a criação de metodologias de intervenção no campo social, em geral, e na terapia ocupacional, em específico, para esse grupo populacional.

c. Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista semi-estruturada e em profundidade sobre os temas que compõem o objeto de estudo, a saber, Adolescência/Juventude, Juventude Popular Urbana, Gênero, Cotidiano, Terapia Ocupacional Social, Vulnerabilidade Social, Políticas Públicas para Juventude e Traçados de vida.

3. Ao contribuir para essa pesquisa os sujeitos selecionados poderão sofrer algum desconforto mediante as questões a eles apresentadas, no entanto, poderão deixar de responder às questões que julgarem necessárias, garantindo com isso que não

se submetam a danos morais, físicos, financeiros ou religiosos, estando-lhe assegurada a possibilidade de deixar de participar da realização desse estudo, a qualquer momento, caso julgue necessário, sem quaisquer prejuízos à sua pessoa. Sobre os benefícios previstos, tem-se a possibilidade de criar junto aos participantes processos reflexivos de revisão sobre suas trajetórias de vida, contribuindo, possivelmente, para a criação de estratégias para o enfrentamento de suas dadas situações. E ainda, como resultado final deste trabalho, objetiva-se contribuir para criação de metodologias de intervenção no campo social, em geral, e na terapia ocupacional, em específico, para esse grupo populacional.

a. O risco se refere ao processo do uso das entrevistas e, principalmente, no processo de rememoração que será realizado junto às jovens. Cabem como medidas de minimização dos riscos o livre acesso aos pesquisadores, disponibilizando contato telefônico, caso necessitem de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto decorrente do processo da entrevista e ainda, caso não seja suprido o apoio pelos pesquisadores, a providência de um encaminhamento para a rede de proteção e atenção aos adolescentes da própria cidade de São Carlos.

4. Não se aplica a descrição de métodos alternativos.

5. A pesquisa poderá ser acompanhada em todo o seu processo pelos colaboradores, se assim o desejarem.

6. Comprometemo-nos a realizar qualquer tipo de esclarecimento no decorrer do processo.

7. Você tem a primazia da liberdade em recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

a. “A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.”

b. “Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.”

8. Garantimos o sigilo que assegure sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

- a. “As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.”
- b. “Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.”

9. Não se aplicam formas de ressarcimento.

10. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Roseli Esquerdo Lopes

Rodovia Washington Luís - km 235 Departamento de Terapia Ocupacional/UFSCar

Telefone: 33518637

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

São Carlos, 20 de julho de 2011.

Assinatura do sujeito da pesquisa

ANEXO 3

Diretrizes para as entrevistas

Alguns dos tópicos a serem conversados nos encontros:

Cotidiano:

Como é seu dia-a-dia?

Quais são suas responsabilidades?

Estuda? Trabalha?

Tem filhos ou cuida de alguém?

Quais são suas atividades de lazer?

Onde vai para se divertir?

Você tem liberdade para sair?

Como são seus finais de semana?

Pode contar alguma cena de proibição ou permissão do uso dos espaços públicos?

Traçados de vida:

Como foi sua infância?

Como está sendo sua juventude?

Como é sua relação com sua família?

Tem namorado / É casada? Como é sua relação?

Pode contar alguma cena marcante de sua vida?

Como você escreveria/contaria a história da sua vida?

ANEXO 4

CADASTRO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA “COTIDIANO E TRAÇOS DE VIDA DE JOVENS MENINAS POBRES PELA PERSPECTIVA DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL”.

Nome:	Idade:
Tel: Cel:	Período escolar:
Endereço:	
Bairro:	
E-mail ou Facebook ou MSN:	
Melhor local e horário para encontro:	

ANEXO 5

Relação das entrevistas realizadas e transcritas

GISELE	35 páginas
PATRÍCIA	42 páginas
CAMILA	33 páginas
MARI	55 páginas
CARLINHA	37 páginas